Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia

Th	niago Martins da Cruz
Mineração e Campesinato em	Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense

Thiago Martins da Cruz
Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus de Marabá, como requisito para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, na área de concentração Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora Prof. Dr.ª Célia Regina Congilio

Thiago Martins da Cruz

Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: a marca cruel do avanço do capital no sudeste paraense

BANCA EXAMINADORA

Pro	of ^a . Dr ^a . Célia Regina Congilio (Orientadora)
	lade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA
	Prof ^a . Dr ^a . Edma Moreira (Examinadora) lade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA
	Prof. Dr. Aluísio Lins Leal
	Universidade Federal do Pará (UFPA)

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Conceito:____ Marabá-PA, 06 de julho de 2015

Lista de Tabelas

- Tabela 1: Principais projetos de Mineração no sul e sudeste paraense
- Tabela 2: Projeto de exploração mineral em Canaã dos Carajás
- Tabela 3: Taxa de Roubo no ano de 2006
- Tabela 4: Taxa de furto no ano de 2006
- Tabela 5: Taxa de homicídios no ano de 2006
- Tabela 6: Taxa de tráfico de drogas no ano de 2006
- Tabela 7: área plantada no município de Canaã dos Carajás por hectare/ano
- Tabela 8: Lavoura Permanente no município de Canaã dos Carajás
- Tabela 9: Lavoura Temporária no município de Canaã dos Carajás

Lista de Imagens

- Imagem 1: Localização do município de Canaã dos Carajás
- Imagem 2: Placas de chácaras a venda.
- Imagem 3: Faixa fixada por família camponesa contra assedio da Vale
- Imagem 4: Manifestação das Famílias da Vila Mozartinópolis impedindo o acesso às obras do Projeto Ferro Carajás S11D.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha amada Classe, a Classe Trabalhadora, que graças à sua labuta diária na produção de riqueza para esse país e para o mundo, possibilitou a criação de instituições públicas e gratuitas de ensino.

Agradecendo à minha amada Classe, também estou agradecendo à Professora Célia que topou a empreitada de contribuirmos com o início de uma reflexão sobre os conflitos entre mineração e campesinato a região, sob o rigor da teoria marxista. Agradeço à Professora Edma Moreira e Aluísio Leal pelas sugestões na banca de qualificação. Assim como agradeço também aos docentes e colaboradores do Programa.

Agradecendo à minha amada Classe, também estou agradecendo aos meus familiares que de diversas formas se disponibilizaram em contribuir com a elaboração deste trabalho, seja nas revisões (Peixinho, Hiasmin, Raimundo e Rogério), na captura de imagens (Seu Creison), na companhia nos trabalhos de campo (João), nas rezas e orações (quase todxs)... À minha companheira Jane, ao Victor e Angelina pelo apoio que sempre me deram.

Agradecendo à minha amada Classe, também estou agradecendo aos companheiros e companheiras do Movimento Debate e Ação, Comissão Pastoral da Terra, CEPASP, MST, MAB, MAM, LPJ, Sindicato dos Urbanitários, Coletivo de Famílias Atingidas pela Vale nos bairros Alzira e Km7, que colaboram cotidianamente no entendimento das problemáticas da região e não me deixaram se afastar delas...rs

Agradecendo à minha amada Classe, também estou agradecendo aos entrevistados que gentilmente concederam entrevistas e socializaram suas reflexões. Aos camponeses que me cederam abrigo, comida e afeto durante o trabalho de campo e em outras oportunidades em que estivemos no município.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar o processo de intensificação do capitalismo na região sudeste paraense, sobretudo no município de Canaã dos Carajás, pelas ações, entre outras, da mineradora Vale S.A e as consequências desse processo manifesta pela desestruturação da produção camponesa, frente à expansão do capital nesse município entre o período que vai do ano de 2004 a 2012. O objeto proposto para análise contém uma gama de complexidade por está inserida num contexto de conflitos gerados pela velha e nova dinâmica de apropriação de territórios e expropriação das populações e lutas pela terra como forma de resistências. O processo de mudança social que está em curso no sudeste paraense tende a pressionar os territórios já constituídos por trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, bem como avolumar e precarizar os núcleos urbanos em formação. Esse processo poderá ser intensificado e acelerado nos próximos anos, o que propõe desafios para as Ciências Sociais e Humanas no sentido de compreender e apontar para as contradições que se dão no âmbito dessas mudanças.

Palavras Chave: Amazônia, mineração, campesinato, sudeste paraense.

Abstract

This work aims to investigate the capitalist intensification process in Southeast Pará, especially in the municipality of Canaan dos Carajás, the actions, among others, the mining company Vale SA and the consequences of this process manifested by the disintegration of peasant production, the expansion front of capital in this city between the period of 2004 to 2012. The proposed analysis object contains a range of complexity for is inserted in a context of conflicts generated by old and new dynamics of appropriation of territories and expropriation of populations and struggles land as a form of resistance. The process of social change that is underway in southeast Pará tends to press the territories already made up of rural workers, indigenous peoples, Maroons and traditional populations and swell and precarious urban centers in training. This process can be intensified and accelerated in the coming years, which proposes challenges for Social and Human Sciences in order to understand and point to the contradictions that occur under these changes.

Keywords: Amazon, mining, peasantry, southeast Pará.

Sumário

Introdução	15
Capitulo 1 – A intervenção do Capital na Amazônia 1.1 – A história recente da intervenção do capital na Amazônia 1.2 - As 'novas' investidas do capital 1.3 - O município de Canaã dos Carajás e as ofensivas do capital	20 20 27 32
Capítulo 2 - Estado e Mineração na Amazônia 2.1 - O Estado na Amazônia 2. 2 - A Mineração Empresarial na Amazônia 2.3 - A Década de 1990 2.3.1 - O Processo de Privatização da Companhia Vale do Rio Doce 2.3 - O Estado e os Governos chamados Progressistas	42 42 46 53 58 63
Capítulo 3 – Dos assentamentos para a mineração/ S11D e os impactos atuais 3.1 – O Campesinato: concepções teóricas 3.2 – Capital X Camponeses: Concepções teóricas 3.3 – Capital x camponeses: o caso de Canaã dos Carajás 3.4 - A Resistência Camponesa 3.4.1 – Resistências individuais 3.4.2 – Resistência Coletiva 3.4.3 – Resistência e articulações entre organizações	73 73 75 79 93 94 95 97
Considerações Finais	100
Referência Bibliográfica	107

Introdução

Neste trabalho nos propomos a estudar o processo de intensificação do capitalismo na região sudeste paraense, sobretudo no município de Canaã dos Carajás, pelas ações, entre outras, da mineradora Vale S.A. Nos detemos em análises das consequências desse processo manifestas, entre outras, pela desestruturação da produção camponesa, frente à expansão do capital nesse município entre o período de 2004 a 2012.

Nesta pesquisa destacamos o que estamos chamando de camponês ou campesinato. Entendendo as discordâncias que a conceituação desta categoria coloca na atualidade e importância de compreendê-las, Shanin (1980) apresenta o que pode representar essas divergências:

Há razoes para definir 'camponês' e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconsequente pois este conceito se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. O que importa são as maneiras como tais palavras são utilizadas (p 43).

As relações entre o avanço do capital e o campesinato em Canaã do Carajás contém uma gama de complexidades por estar inserida num contexto de conflitos gerados pela velha e nova dinâmica de apropriação de territórios, expropriação das populações e lutas pela terra como forma de resistências. Essa nova dinâmica surge, principalmente, a partir da disputa entre os que habitam o solo e os que têm interesse no subsolo.

O Sudeste Paraense é uma região difícil de ser delimitada, devido aos programas e planos governamentais que tendem a inserir as regiões do sul e sudeste do Estado como a Mesorregião do sudeste do Pará. O Programa 'Territórios da Cidadania', do Governo Federal, considera que o sudeste paraense é composto por 14 municípios, sendo: Bom Jesus do Tocantins, Eldorado dos Carajás, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

De modo geral esta região experimentou diversas frentes de expansão, como se convencionou chamar, que datam do início do século XX e se deram em períodos diferentes, ou concomitantes, na exploração de diamante, borracha, castanha, gado e minérios. Porém a movimentação na região se intensifica a partir da década de 80 com a implantação do Programa Grade Carajás, hidrelétrica de Tucuruí e descoberta do garimpo de Serra Pelada (Velho, 1981; Petit, 2003).

A região sudeste paraense é conhecida internacionalmente pela violência contra os movimentos populares e trabalhadores rurais que disputam a posse da terra e a permanência nela. São sucessivos massacres, assassinatos e violações de direitos contra trabalhadores, lideranças camponesas, religiosos e mediadores. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre 1964 e 2010 foram assassinadas 914 pessoas por questões relacionadas à terra no estado do Pará. 654 destes assassinatos foram no sul e sudeste do estado, o que corresponde a 71,55% dos assassinatos. No ano de 2013, 46 pessoas ainda recebiam ameaças de morte no Pará. Apesar da repressão, exercida por fazendeiros com apoio do Estado, a região conta com o maior número de Projetos de Assentamentos de reforma agrária, que somam um pouco mais de quinhentos.

Segundo Almeida (2012), após o episódio conhecido como Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996, em que 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, iniciou-se um processo de pressão nacional e internacional sobre o Estado Brasileiro que reagiu, reconhecendo inúmeras áreas ocupadas por trabalhadores rurais e transformando-as em projetos de assentamento-PA.

Canaã dos Carajás se insere nesse universo de conflitos gerados pela disputa do solo e subsolo. O município tem vivenciado transformações profundas tanto no campo, como na cidade, motivadas, principalmente, pelas ações da mineradora Vale na implantação de projetos de exploração mineral. E os maiores investimentos da Mineradora, na região, têm sido direcionados para implantação do Projeto Ferro Carajás S11D.

Para entender essa dinâmica partimos do princípio de que as Ciências Sociais se propõem a investigar a interação social dos seres vivos nos diferentes níveis de organização da vida e, para tanto, tem se dedicado a descobrir manifestações que possibilitem a descrição e interpretação dos fenômenos sociais em termos da ordem existentes nas condições e nos níveis de sua manifestação. Na sua interpretação o cientista social tem que lidar com variáveis que precisam ser analisadas em conjunto e que são suscetíveis de combinar-se, em situações similares, seguindo esquemas não uniformes, por isso a dificuldade de elaboração de 'leis', da forma como realizadas nas ciências exatas (FERNANDES, 1960). Portanto, as relações entre o avanço do capital produção camponesa podem ser compreendidas, predominantemente, pela utilização da pesquisa qualitativa. Conforme afirma Deslandes (2009):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.21).

O processo de mudança social que está em curso no sudeste paraense tende a pressionar os territórios já constituídos por trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, bem como avolumar e precarizar os núcleos urbanos em formação. Esse processo poderá ser intensificado e acelerado nos próximos anos, o que propõe desafios para as Ciências Sociais e Humanas, além da relação com outras áreas de conhecimento, no sentido de compreender e apontar para as contradições que se dão no âmbito dessas mudanças. Na tentativa de entender essa realidade, traçamos uma estratégia metodológica seguida de uma pesquisa empírica, mas levando em conta a preocupação manifesta por Florestan Fernandes: 'a realidade não é susceptível de apreensão imediata, e sua reprodução, para os fins da investigação científica, exige o concurso de atividades intelectuais deveras complexas' (Fernandes, 2004. p 124).

Para investigarmos a relação entre a mineração e a produção camponesa, frente à expansão do capital em Canaã dos Carajás, utilizamos

algumas técnicas metodológicas como o estudo bibliográfico e documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas.

Estudos bibliográficos forneceram elementos para a compreensão de como se deu a implantação do modelo de desenvolvimento vigente na Amazônia, que mudanças sociais provocaram de imediato e de que forma podemos observá-las na atualidade, dando atenção ao papel Estado e a atual fase do imperialismo no mundo. Análises documentais, a partir de publicações de organizações populares sobre a atuação das empresas de mineração no sudeste paraense e de documentos oficiais dos governos e das empresas foram subsídios relevantes para a composição das análises.

Realizamos **entrevistas semiestruturadas** com representantes de associações de pequenos produtores, representantes de órgãos públicos municipais e estadual para compreender as relações entre o avanço do capital e a produção camponesa no município de Canaã dos Carajás.

Para melhor apresentação das reflexões proporcionadas pela pesquisa, organizamos o trabalho em três capítulos, seguidos das considerações finais. No primeiro capítulo refletimos sobre a intervenção do capital na Amazônia, sobretudo a partir da ditadura militar, aliando ação de capital público e privado para apropriação das riquezas existentes na região. Refletimos sobre a atualidade dessa intervenção no sudeste paraense e nos municípios de Canaã dos Carajás, bem como os conflitos gerados.

No segundo capítulo focamos as reflexões sobre a importância do Estado no processo de inserção, consolidação e ampliação do capital na Amazônia. Para facilitar a reflexão, além do debate conceitual sobre o Estado, dividimos o capítulo em três sessões: a primeira trata das modificações no código de mineração e as políticas minerais no período da ditadura militar. Na segunda sessão refletimos as políticas neoliberais que incidiram sobre o setor mineral no Brasil. Na terceira sessão, a reflexão é sobre a política mineral adotada pelos governos progressistas e a propostas de mudança do Código de Mineração e as leis que o regulamenta.

No terceiro capítulo refletimos sobre como o avanço do capital aliado às políticas estatais promove a expropriação camponesa em Canaã dos Carajás. Para tanto, dividimos o capítulo em quatro sessões: na primeira refletimos sobre as concepções teóricas a respeito do campesinato. Na segunda sessão

a reflexão é sobre a relação entre o campesinato e o capital, e a constante ameaça de expropriação camponesa para engrossar as fileiras do exercito industrial de reserva. Na terceira sessão refletimos como acontece essa relação entre capital e campesinato em Canaã dos Carajás. E por fim, demonstramos algumas perspectivas de resistência camponesa no município.

Capitulo 1 – A intervenção do Capital na Amazônia

1.1 – A história recente da intervenção do capital na Amazônia

A intervenção do capital na Amazônia é intensificada após a Segunda Guerra mundial, quando foi definido o novo bloco hegemônico mundial; o bloco imperialista sob a hegemonia dos Estados Unidos. Várias mudanças ocorreram no mundo, uma delas foi uma nova divisão internacional do trabalho, haja vista que aquela já não mais atendia às necessidades para expansão da acumulação capitalista.

O aparelho produtivo passa, assim, a ser redistribuído por todo o mundo, juntamente com a industrialização capitalista. No Brasil é o período marcado pelo desenvolvimentismo dos governos de Juscelino Kubitschek de Oliveira e o populista de João Goulart, este último cassado pela ditadura militar que se seguiria para dar continuidade ao processo de dominação dos Estados Unidos na América Latina.

Outro aspecto desta nova divisão do trabalho deu-se devido à necessidade de combater alternativas que direcionavam ao socialismo e, também, para reprimir os movimentos populares que se intensificavam. E, para tanto, foram implementadas as ditaduras militares nas quais se aprofundou a ideologia desenvolvimentista, com o adendo de que para a América Latina, como para toda periferia do centro de capital se tratava do projeto de desenvolvimento do capitalismo dependente, o que não se traduziria em desenvolvimento humano. (LEAL, 1991)

Para os países chamados de terceiro mundo foi imposta a industrialização subsidiária, responsável pela produção de meios de consumos duráveis, utilizando força de trabalho de baixo custo ou sub-remunerada. Assim os países do terceiro mundo entravam no universo industrializado e no sistema mundial de atividades produtivas, visando dessa forma a acumulação. Sobre este período no Brasil, HEBETTE (2004) afirma:

Foi naqueles anos que se definiram as bases do 'modelo' de uma industrialização brasileira atrelada às economias das grandes potências ocidentais, coube ao Governo Kubitschek (1955-60) atender a essa necessidade e desencadear o processo de integração da Amazônia à economia nacionalmente dominante (p. 31).

Sobre a inclusão do Brasil na nova divisão internacional do trabalho e as consequências para a Amazônia, LEAL (1991) afirma:

Com a inclusão do Brasil a esse processo, desenvolvem-se condições que facilitem o acesso à ocupação da Amazônia e a exploração dos seus recursos pelo capital, agora em circunstâncias completamente diferentes. Em ordem cronológica essas condições foram: a ligação rodoviária da região com o centro-sul, através da Belém-Brasília, e a mudança de regime político ocorrida com o golpe militar de 1964, que atendia às aspirações da burguesia internacional e da burguesia nacional associada, no sentido de ampliar espaço à ação do projeto capitalista do imperialismo, no pós-guerra, sobre os países da industrialização subdesenvolvida e retardatária, como era o caso brasileiro (p. 19).

O golpe militar no Brasil, em 1964, representou a segunda fase efetiva de contribuição da Amazônia à acumulação, além do atraso político para o Brasil. Para Alves Filho (2000), o processo de ocupação da Amazônia durante os governos militares, que foi estimulada com apoio governamental, serviu: para processar a acumulação de capital no país e fora dele, afirmando que a política de valorização da Amazônia deve ser entendida como a política de valorização do capital, transformar a Amazônia em mera fornecedora de produtos primários para o país e para o exterior; incentivar a produção de carne bovina para exportação; e tornar a região amazônica um mercado promissor de produtos manufaturados do centro-sul.

PICOLI (2006) também reflete sobre os objetivos dos militares na Amazônia:

Os militares no comando do Estado brasileiro, através do golpe de Estado, serviram de instrumento para fixação de grandes capitais na região amazônica, bem como concentração da propriedade privada e expropriação dos povos da floresta. O real motivo da tomada do poder por meio da ditadura foi beneficiar os grupos econômicos, e estes passavam a controlar os movimentos políticos e econômicos do país. (p 36)

O Governo Militar tratou logo de implantar leis, instituições e estudos destinados ao favorecimento da acumulação. Inicialmente institui o Estatuto da Terra, que em parceria com a política de 'incentivos fiscais' representaram uma verdadeira devastação da floresta e a expropriação de camponeses. Conforme LEAL (1991)

O resultado disso foi a criação de uma capacidade produtiva regional voltada quase que integralmente para a exportação, como é o caso das empresas do ramo das madeiras, de cuja produção quase nada fica na Região. No caso particular das fazendas e "reflorestadoras", o resultado foi, na prática, a pilhagem dos incentivos, a devastação de imensos espaços naturais, a formação concentrada de enormes patrimônios individuais, a sonegação de tributos – que junto com a apropriação dos incentivos foi um dos mais eficientes fatores do esvaziamento financeiro dos Estados e da União, no plano regional – e o surgimento de uma enorme e eficiente estrutura repressiva na

área rural, envolvendo – num eficiente esquema de corrupção – os órgãos ligados aos programas de ocupação, os governos estaduais e as instituições militares ou paramilitares diretamente responsáveis pela repressão. (p 21)

Dois setores interessavam à parceria entre governo militar e capital estrangeiro: os recursos minerais e os energéticos. A exploração intensiva dos primeiros dependia do desenvolvimento do segundo. Para encaminhar as demandas, o Governo Militar, através do decreto-lei 63.962/68, criou o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, sob - responsabilidade das Centrais Elétricas do Brasil - ELETROBRAS, que a partir de 1973 ficou a cargo das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, subsidiárias da ELETROBRAS.

Em 1967, foi reformulado o Código de Mineração, que legitimou, mais ainda, a abertura à ação das empresas estrangeiras ou subsidiárias dessas. No campo dos estudos dos recursos minerais criaram a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM, através do decreto-lei 764/69. Foi criado, também, em 1970, o projeto Radar da Amazônia - RADAM, através do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, do Ministério de Minas e Energia - MME. Este projeto objetivava fazer um levantamento aerofotográfico de toda a Amazônia. Sobre essa investida no setor mineral, LEAL (1991) afirma:

O outro caso é o do ramo mineral. O Código de Mineração de 1967 abriu espaço irrestrito à ação privada sôbre o patrimônio mineral brasileiro, o que, na Amazônia, significou, de imediato, o apossamento das mais importantes jazidas minerais pelos grandes grupos de capital, estrangeiros ou deles subsidiários, envolvendo os grandes cartéis dos diversos ramos industriais, controladores das fontes estratégicas de matéria prima, como são os casos da ALCAN, ALCOA, Kaiser, Omnium, NALCO, Azevedo Antunes, Lacombe e outros, que controlam — explorando ou mantendo cativas — importantes jazidas e/ou empreendimentos metalúrgicos ligados à exploração delas (p. 21).

Este conjunto de ações, segundo HEBETTE (2004), representa a abertura oficial da Amazônia ao capital e ocorre uma corrida 'a la São Silvestre' em busca dos recursos da região amazônica:

A abertura oficial da Amazônia ao capital nacional e estrangeiro, teve efeitos imediatos. Interessava a todos esse espaço relativamente protegido e preservado do planeta. Cada um vinha agora, sem constrangimento, procurar ali o que lhe aprovesse: terra, madeira, minério, recursos hidrelétricos. O Estado, inclusive, estimulou esses

interesses por meio de incentivos fiscais e implantação de obras de infra-estrutura (p.33).

Seguimos agora a reflexão elaborada por Alves Filho (2000) em que afirma que a ocupação da Amazônia durante os governos militares pode ser dividida em três períodos: o primeiro período de 1966 a 1970; o segundo período de 1970 a 1974; e o terceiro período de 1974 a 1978.

No primeiro período, de 1966 a 1970, a ideia era transformar a Amazônia em uma grande área produtora de açúcar, juta, arroz, madeira, oleaginosos e carne bovina. Através da lei n.º 3174, de 24/10/66, foram criadas as condições de concessão de 'incentivos fiscais'. Foram estes recursos que bancaram a 'farra' na Amazônia e, principalmente fora dela.

A estrutura administrativa e financeira para dar suporte a estes interesses ficava a cargo da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, do Banco da Amazônia S.A - BASA, e do Fundo de Investimento para a Amazônia - FINAM, criados na década de 60. Sobre a SUDAM e seus objetivos, PICOLI (2006) afirma:

Os órgãos que iriam servir para incentivar a ocupação nasceram com as seguintes funções: ampliar a rede de transportes e comunicação; ordenar o povoamento e a colonização; incentivar a agricultura e a pecuária; fazer o reaparelhamento das indústrias existentes e a criação de novas; incentivar mecanismos para as exportações; dar condições sanitárias, de educação e habitação. Com essas estratégias criaram mecanismos para viabilizar a concentração econômica através da expansão dos grupos organizados e colocar a região à disposição do mercado mundial (p. 37).

Os projetos agropecuários aprovados pela SUDAM serviram para incentivar o caráter latifundiário da ocupação da Amazônia. Com o objetivo de criar uma área de livre comércio, para importação e exportação, e implantar um centro comercial, industrial e agropecuário, na Amazônia Ocidental, criaram neste sentido a zona franca de Manaus, em 1967.

O segundo período, de 1970 a 1974, é marcado pelo tão almejado 'Milagre Econômico'. O Governo Militar pretendia realizar este "sonho" através do I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Este plano pretendia fazer uma revolução na agricultura, fortalecer a indústria nacional, desenvolver cientificamente e tecnologicamente o Brasil e integrá-lo às grandes potências mundiais.

Para a Amazônia, o PND planejou a implantação de diversos projetos agropecuários e agrominerais. Para o êxito destes projetos foram criados programas e entre estes estava previsto o "Programa Grande Carajás", no entanto, criado somente em 1980, pelo Decreto-lei nº 1831, de 24.11.80. Para Alves Filho (2000), estes projetos tiveram como finalidade maior obtenção de divisas para o país, enquanto o desenvolvimento regional ficava em segundo plano.

Em 1970, foi criado o Plano de Integração Nacional - PIN com objetivo de implantar projetos rodoviários, programas de colonização, grandes investimentos na agropecuária e projetos de exploração mineral. Junto com o PIN foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA, que teve apenas uma década de duração.

A Amazônia era um 'montueiro' de planos, programas e projetos; só dentre os oficiais, podemos citar: a Operação Amazônia, depois o PIN, PROTERRA, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, o Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins - PRODIAT, Pólo Nordeste e muitos outros. Após a implantação do Programa Grande Carajás - PGC, vários destes programas foram 'engolidos' por ele e outros órgãos perderam força, como a SUDAM e o BASA, na Amazônia Oriental.

Eram diversos os projetos na Amazônia, principalmente agropecuários e agrominerais, todos bancados pelo Estado, através dos incentivos fiscais e facilitados com obras de infraestrutura. Sobre isso Alves Filho (2000) afirma:

Entre os anos de 1968 a 1974 foram aprovados pela SUDAM mais de 300 projetos que, financeiramente, representavam um investimento de 523 milhões de dólares. Desse volume, 75% foram abatidos do imposto de renda dos investidores, conforme previa a lei de incentivos. O erário nacional bancou a conta. Assim, naquela época, pretendeu-se promover a 'redenção' da Amazônia (p. 56).

Foram tantas as facilidades disponibilizadas, que atraíram para a região amazônica grandes empresas, entre as quais podemos citar: ANGLO, BORDON, WILSON, JARI, FORESTY, VOLKSWAGEM, ALCA, ALCOA, KAISER, OMNIUM, NALCO, Azevedo Antunes, LACOMBE, CAPEMI, Construtora Andrade Gutierrez, US-Steel, e outras, sempre acompanhadas de

grandes projetos. Não havia nenhum pudor em saquear, muito menos em ter preocupação com prejuízos, pois sabiam que mesmos falindo, sairiam no lucro. Hebette (2004) ilustra bem essa situação:

Das coerências individuais e da anarquia geral nascem os projetos. Entra a US-Steel no Carajás; Sai a US-Steel (levando o lucro). Entra a Nippon Amazon Alluminium Ltda (NAAC) na ALUNORTE e sai a NAAC. A CVRD, isto é, o Estado brasileiro, e nós, os contribuintes, arcamos com o ônus (...) (p.41).

A contradição era a base da ocupação da Amazônia. A entrada de empresas estrangeiras era totalmente contraditória com o discurso do governo militar sobre a propalada 'Segurança Nacional', porém coerente com o lema 'Integrar pra não entregar'. A preocupação dos militares era com as regiões de fronteira e a Amazônia era uma dessas regiões; portanto, segundo o governo, necessitava de ocupação urgente a despeito dos povos que aqui já habitavam.

A Rodovia Transamazônica, uma das obras governamentais, foi construída para atravessar o Brasil de leste a oeste. Às margens da Transamazônica o governo tentou implantar um projeto de colonização e reforma agrária baseada em pequenas propriedades e para isso incentivou o deslocamento de trabalhadores rurais das regiões nordeste e centro-sul, para a Amazônia. Segundo Alves Filho (2000), essa era uma tentativa de esvaziar a tensão social dessas regiões, compensando as elites rurais do nordeste e do centro-sul pelo apoio ao golpe militar de 1964. Para cumprir essa missão, o governo militar criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, em 1970. A promessa era conceder aos colonos títulos de terra, financiamento através do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, infraestruturas, como: assistência técnica, armazéns, transporte, escolas, postos médicos etc. A promessa não foi cumprida. Resultado: os colonos ficaram abandonados à própria sorte. Muitos abandonaram ou venderam seus lotes, o que acabou gerando a concentração de terras, pois estes lotes acabaram sendo anexados aos grandes latifúndios. Diversos autores trataram de forma exaustiva sobre esse tema. Para citar alguns, mencionamos, PICOLI(2006), HEBETTE(2004), ALVES FILHO (2000), LOUREIRO(2009), PETIT(2003). O fato é que a reforma agrária nunca foi prioridade para o Governo Militar:

Nunca a colonização tem aparecido tão claramente como a racionalização do triunfo da fronteira pioneira sobre a fronteira de expansão, das relações de produção capitalistas sobre as camponesas, do capital sobre o trabalho. Nunca a colonização se

manifestou tão limpidamente como legitimação, a pretexto dos lavradores pobres, de uma mobilização, pelo Estado, dos recursos da nação a serviço do capital. Uma legitimação que, invariavelmente, argumenta a favor da eficiência técnica capitalista e contra a ação predatória dos colonos incultos sobre os recursos naturais (HEBETTE & MARIN, 2004. p 88).

No terceiro período, de 1974 a 1978, segundo Alves Filho (2000), o sonho do celeiro do mundo sofre um refluxo devido aos fracassos dos projetos do PIN. Na tentativa de reorganizar a entrada do capital na Amazônia, o governo militar criou mais um plano, o POLAMAZONIA. O incentivo maior era voltado para a pecuária de exportação, onde, informa o autor, foi investido um montante de 500 milhões de dólares.

A falta de acompanhamento e fiscalização dos projetos na Amazônia e, também, a corrupção representaram um grande problema para os planos do governo. Juntaram-se à corrupção, a falta de acompanhamento e de fiscalização para que os recursos que deveriam ser investidos na Amazônia não tomassem outros destinos e fossem aplicados em atividades fora da região como empreendimentos especulativos.

A partir da intervenção militar, a Amazônia se tornou um imenso campo de tensão, no qual as disputas pelas terras, minérios, madeiras e rios eram constantes. Era a disputa entre capital nacional e capital estrangeiro, capital público e capital privado, porém em determinados momentos, estes se articulavam para juntos orquestrarem o saque e a destruição. No meio destas brigas de interesses estava o povo amazônida, que resistia e reivindicava os seus interesses. Enquanto isso, mais gente era atraída para a Amazônia a fim de servir de força de trabalho para os grandes empreendimentos da região e, desse modo, entrar na disputa pelos recursos naturais.

Como programas do final do ciclo da intervenção do governo militar na Amazônia, lembremos o já citado Programa Grande Carajás, instituído em regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa, a ser desenvolvido na área localizada ao norte do paralelo de 8º (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão. Através dos incentivos provenientes do programa estava prevista a instalação de grandes estruturas com base nas riquezas naturais, como: a Estrada de Ferro Carajás, que tem início na Serra dos Carajás, no município de

Parauapebas - PA e finda no porto de Itaqui, em São Luís - MA; o Projeto Ferro Carajás, localizado em Parauapebas - PA, que fornece pequena parte do minério para siderúrgicas instaladas ao longo da Estrada de Ferro Carajás, mas tem na exportação o seu maior mercado; e a Hidrelétrica de Tucuruí que foi construída para fornecer energia para projetos de transformação de minérios. (HALL, 1991)

1.2 - As 'novas' investidas do capital

A crise capitalista dos anos 1970 traz a necessidade de nova configuração no ordenamento internacional, e o mundo contemporâneo é marcado pela ausência de soberania nacional dos países dependentes e mundialização do capitalismo, compreendendo uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo a formação de novos blocos geoeconômicos e geopolíticos (IANNI, 1997). Diante disto, o Estado Nação vai cada vez mais servindo ao que IANNI chama de Estado Globalizado, dando forma ao que outros (CHESNAIS, 1996) chamam de neoliberalismo. Nesta atual fase do Capitalismo, os países periféricos assumem o papel de fornecedores de matéria prima, energia, recursos naturais, força de trabalho barata e de consumidores de produtos acabados provenientes dos países centrais, mesmo que isso contribuísse ainda mais para as desigualdades sociais já existentes.

Afinando-se com a lógica da chamada globalização, na América do Sul arquiteta-se um plano audacioso que é a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana - IIRSA. O acordo foi firmado, em Brasília, pelos 12 países da América do Sul, no ano de 2000. É pretensão, deste plano, integrar fisicamente o Continente com ênfase nas áreas de transporte, comunicação e energia. Segundo dados de CARRION e PAIM (2006), são 335 projetos de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações que integram os dez eixos da iniciativa, com investimentos estimados de US\$ 37.470 milhões.

Os financiadores desta integração são: o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Corporação Andina de Fomento - CAF, Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o que demonstra a grande penetração também do capital rentista, afinado com a estratégia da expansão do capitalismo nesses confins.

Existem três 'entraves' naturais apontadas neste projeto: a Cordilheira dos Andes, a Selva Amazônica e a bacia do Orinoco. Estes entraves, se não superados, podem alterar os principais objetivos desta integração, que estão claramente voltados para escoar mais facilmente os recursos naturais dos países sul-americanos, principalmente, para os mercados norte-americanos e europeus (PAIM, 2003).

Estes projetos provocarão grandes impactos socioambientais: só do IIRSA, dos seus 10 eixos de desenvolvimento, 05 estão localizados na Amazônia brasileira.

Podemos citar aqui, o projeto do Complexo do Rio Madeira, apresentado como uma das prioridades de execução imediata. Entre outros, 21 projetos foram apresentados no 1º Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Física Sul-americana, realizado em 2003, no Rio de Janeiro.

Segundo Paim (2003), no Complexo do Rio Madeira estão planejados a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, já licitadas, com previsão para gerar 7,5 MWs de energia e inundar uma área de 500 km² de floresta amazônica, no Estado de Rondônia; a construção de uma hidrovia de 4.225 km no Brasil, Bolívia e Peru, influenciando as bacias do Rio Madeira, Mamoré, Beni, Guaporé, Madre de Dios e Orthon. O projeto prevê um aumento no transporte de soja de 13 milhões de toneladas para 28 milhões de toneladas por ano, o que ocasionaria a destinação de em mais ou menos 80 mil km² de novas terras para o cultivo de soja, que resultaria na destruição da floresta e expulsão de pequenos agricultores. A hidrelétrica de Jirau teve sua licença liberada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – no dia 03 de junho de 2009, porém as obras já haviam começado e até então estavam paralisadas por falta da licença, visto que a licença parcial havia já vencido o prazo de validade. Na Hidrelétrica de Santo Antônio as obras tiveram início em setembro de 2008.

Sobre o IIRSA e seus desdobramentos, PAIM (2003) conclui:

Outro ponto interessante a destacar é que esse modelo de desenvolvimento da infraestrutura que vem sendo impulsionado pelos bancos multilaterais é apresentado como a solução para os diversos problemas sócio-econômicos que os países da América do Sul enfrentam há muitos anos. Porém, a implementação desse modelo não está amenizando esses problemas e, o mais preocupante, é que a deterioração dos recursos naturais está se intensificando e quem sofre as consequências imediatas são as populações que vivem à margem do sistema (PAIM, 2003. pg33).

Seguindo esta lógica da chamada globalização apontada por Ianni (1997), ou de expansão do capital, como preferimos, na primeira década do século XXI é inaugurado um novo período de saque das riquezas naturais, o que demanda investimentos em infraestrutura de produção e transmissão de energia e transporte na região do sudeste paraense e na Amazônia. Essas obras de infraestrutura seguem a mesma lógica de outros programas de integração como a IIRSA e o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, programa do governo federal, com prioridade nas áreas de transporte, energia e comunicação; os investimentos estavam orçados em pelo menos R\$ 60 bilhões até o final de 2014. Dentre os principais projetos podemos destacar a Hidrovia Araguaia-Tocantins, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás e duas hidrelétricas (UH Marabá e UH Santa Izabel).

Outros empreendimentos também merecem destaque, como a ampliação do Distrito Industrial de Marabá, previsto em duas fases; criação de um Parque de Ciência e Tecnologia Tocantins; e implantação da Siderúrgica Aços Laminados do Pará - ALPA. (Boletim Pará Notícias Carajás, n.º 01, de abril de 2009).

Esses projetos estão voltados à implantação de infraestrutura, que deve ser montada para possibilitar e favorecer os projetos de extração e transformação de minérios das regiões do sul e sudeste paraense. Se observarmos os diversos projetos para extração mineral, podemos compreender os motivos de toda a infraestrutura arquitetada para a região.

Nas regiões sul e sudeste paraense se destacam cinco projetos de extração e transformação mineral, em operação, e sete projetos que estão em fase de implantação, cujo planejamento vai desde a fase de pesquisa à instalação de infraestrutura para extração do minério. A mineradora Vale é predominante do setor na região, e entre os projetos mais importantes apenas

dois não são da mineradora, conforme indica a tabela abaixo. Nesta tabela, destacamos, também, o número de projetos de assentamentos por município.

Tabela 01 – Principais projetos de Mineração no sul e sudeste paraense

Município	Projeto	Minério Explorado	Empresa	Fase do Projeto	Nº de Projetos de Assentamento
Marabá	Buritirama	Manganês	Mineração Buritirama	Operação	70
Iviaraba	Projeto Salobo	Cobre	Vale	Operação	78
	Projeto Cristalino	Cobre	Vale	Paralisado	
Curionópolis	Serra Pelada	Ouro	Colossus	Paralisado	3
	Projeto Serra Leste	Ferro	Vale	Operação	
Parauapebas	Projeto Manganês do Azul	Ferro	Vale	Operação	7
	Projeto Ferro	Ferro	Vale	Operação	
	Projeto Sossego	Cobre	Vale	Operação	
	Projeto 118	Cobre	Vale	Paralisado	
Canaã dos Carajás	Projeto Níquel do Vermelho	Níquel	Vale	Paralisado	3
	Projeto Ferro S11D	Ferro	Vale	Implantação	
Ourilândia do	Projeto Onça	Níquel	Vale	Operação	4
Norte	Projeto Puma	Níquel	Vale	Implantação	4
Floresta do Araguaia	Projeto Ferro	Ferro	SIDEPAR	Operação	8

Fonte: Organizado pelo autor

É importante destacarmos os projetos de assentamentos, pelos impactos que podem ser causados, uma vez que, mesmo não estando na área da mina, serão atingidos pelas infraestruturas de transporte e transmissão de energia. Em Canaã dos Carajás existem três assentamentos, um deles é o Carajás II da década de 1980, como veremos adiante, e os outros dois são mais recentes, um deles é fruto do acordo de reassentamento de famílias da Vila Mozartinópolis e data de 2014.

Além da exploração mineral, a Vale também tem investido muito em logística e na produção de energia. A empresa participou do consórcio de construção da Hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, no município de Estreito (MA), juntamente com as empresas Suez Energy, Alcoa e Camargo

Corrêa Energia. Segundo o site da mineradora, a empresa possui nove usinas hidrelétricas e quatro pequenas centrais hidrelétricas. A mineradora deixa de ser apenas consumidora de energia para ser produtora, uma dinâmica que se dá com outras empresas no país, dentre elas a Votorantin, CSN, MPX e Camargo Correa Cimentos.

Pelas informações apresentadas, percebemos uma intensificação da exploração mineral acompanhada da instalação de infraestruturas que possibilitem esta atividade. Pinto (2010) chama atenção para o volume de recursos que deveriam ser investidos até 2015 pela empresa Vale: estes podem chegar à US\$ 21 bilhões nos Estados do Pará e Maranhão, e representam o equivalente a meio século da receita do Pará. Ainda de acordo com o autor, tamanho investimento é assustador e preocupante, pois se trata de extração de recursos, em sua maioria, não renováveis sendo que toda estrutura de logística criada pela Vale, em qualquer país consolidado, ficaria sob domínio do Estado.

Outra preocupação apontada por Pinto (2010) é o brutal contraste entre o enriquecimento da Vale, cujo valor de mercado é de US\$ 140 bilhões, e da União e os terríveis indicadores sociais do Estado. É a característica do capital na Amazônia: de um lado gera milhões de dólares para as empresas e de outro desterritorialização, miséria, degradação social, violência e precariedade para as populações amazônidas. É o que também afirma Petit (2003) sobre os grandes projetos na Amazônia:

[...] Os altos índices de crescimento dos valores macroeconômicos decorrentes, em grande medida, da instalação dos grandes projetos econômicos, não pode obscurecer que sua implementação, além de não ter produzido alterações significativas na melhoria das condições de vida da população local, tampouco alteraram a situação de dependente e periférica que mantém a Amazônia brasileira com relação aos países centrais e, nas últimas décadas, também dos centros dinâmicos (p.322).

Todos esses projetos, tanto de infraestrutura como de extração ou transformação mineral, incidem em terras de trabalhadores rurais, populações tradicionais e povos indígenas, por isso merecem uma maior atenção devido às transformações que podem representar para essas populações. São impactos que vão desde os inchaços de vilas e cidades à perda de seus espaços de reprodução social, "é a expropriação que faz parte da estratégia do capital"

(HEBETTE, 2004, p.65). Este cenário apresenta uma nova dinâmica de luta: se antes a luta era pela conquista da terra, agora se apresenta como manutenção das terras que estão sob constantes ameaças de mineradoras ou construção de hidrelétricas.

1.3 - O município de Canaã dos Carajás e as ofensivas do capital

A ocupação não indígena na região de Canaã inicia-se na década de 1970, quando famílias em busca de terras se instalaram constituindo pequenas propriedades rurais dando origem a pequenas vilas - uma delas foi a vila Mozartinópolis, mais conhecida como Racha Placa. Esse movimento foi seguido, no fim da década, pelas ações de madeireiras, concomitantes à formação de médias e grandes fazendas. Essas duas atividades se combinavam, pois primeiro vinha a atividade madeireira, retirando madeiras nobres, desmatando e abrindo estradas, em seguida a pecuária com as fazendas para criação de gado. Tais fazendas adotavam prioritariamente a pecuária de corte (EXPRESSÃO, ed. 16).

Na década de 1980 o governo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins-GETAT, órgão subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia Tocantins - CEAT (Decreto lei 1.799/80).

O GETAT, com apoio da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - criou o Projeto de Assentamento Carajás I, II e III, no ano de 1982, no qual pretendia assentar 1.551 famílias, trazidas, principalmente, dos Estados do Goiás e Maranhão. As famílias eram recrutadas em cidades desses Estados e trazidas, juntamente com seus pertences, de caminhão e alojadas em barracas e barracões cobertos de palhas e lonas com pouca ou nenhuma proteção. Para ter maior controle dessa área, o GETAT criou três centros administrativos, denominados de Centros de Desenvolvimento Regional – CEDERE (CEDERE I, II e III), onde se formaram vilas, com distância aproximada de 70km um do outro. O CEDERE II, em 1994, se tornaria a cidade hoje sede do município de Canaã dos Carajás (EXPRESSÃO, ed. 16 & CEPASP, 2011).

O objetivo principal do PA Carajás, não explicito em documentos, era o de criar um cinturão de proteção à área de concessão minerária da CVRD, de 411 mil hectares, hoje Floresta Nacional de Carajás, agora sob o domínio da Vale, contra possíveis ocupações de trabalhadores rurais. Outra função do assentamento era de ser um polo agrícola para abastecer a região do Programa Grande Carajás, além de aliviar as tensões por terra na região do Bico do Papagaio, sobretudo após o episódio da Guerrilha do Araguaia (EXPRESSÃO, ed. 16).

As famílias eram levadas para o CEDERE II, onde aguardavam o sorteio da terra, recebiam alimentação e pernoitavam em barracões. No dia seguinte, a família era levada ao lote e chegando lá tinha direito à tábuas, telhas, serviços de carpinteiro para construção da casa. Para os assentados eram fornecidas sementes de milho, arroz e feijão, como também as ferramentas e ajuda de custo por três meses. Porém, em pouco tempo se percebeu o enfraquecimento do projeto: as famílias que chegavam já não recebiam tantos incentivos e as estradas já não permitiam um bom tráfego. Tal situação levou com que muitas famílias desistissem dos lotes e eram substituídas por novas famílias que chegavam à busca de terra. (EXPRESSÃO, ed. 16 & CEPASP, 2011). Sobre esse êxodo para os projetos de colonização da Amazônia, HEBETTE (2004) afirma:

(...) São camponeses apegados à terra. É verdade que foi alta a desistência de colonos nos projetos de colonização, mas essa saída nem sempre significou abandono da lavoura; é inegável que bom número de migrantes deixou a terra para se dedicar a outras atividades; entretanto é grande, muito grande, o número dos que se mantiveram na terra. Não por comodismo, não por simples tradição ou porque foi fácil, mas por teimosia, por apego a seu trabalho e a sua liberdade. Adversas continuam sendo as condições de trabalho: os solos são pobres, as distâncias grandes e os caminhos precários; o transporte motorizado é escasso e caríssimo. As doenças são freqüentes e variadas e faltam hospitais, postos de saúde e remédios. O crédito, quando existe, é traiçoeiro. Acima de tudo, os preços dos produtos da roça são irrisórios. O camponês, porém, teima em fincar o pé no seu lote... (P. 46-47)

Essa resistência do camponês em permanecer na terra reflete sua postura em 'não gostar de receber ordens' e preservar sua liberdade. A autonomia sempre é conservada, mesmo que, às vezes, de forma compartilhada, quando da necessidade de realizar alguma sociedade para

fazer determinado trabalho e o fruto dessa associação é dividido. (HEBETTE, 2004).

Neste período também já eram realizadas diversas pesquisas sobre o potencial mineral da região por uma subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, a Rio Doce Geologia e Mineração S/A - DOCEGEO, e concomitante a estas iniciativas, a atividade garimpeira também era desenvolvida na microrregião. Dois garimpos tiveram destaque: o garimpo do Sossego ou Sequeirinho e o de Serra Dourada. Os dois garimpos chegaram a ter mais de 3.000 pessoas nas duas vilas que se formaram. Com essa movimentação, os assentados aproveitavam a oportunidade para comercializar a sua produção (CEPASP, 2011).

A área do projeto se tornou em uma região referência na produção de grãos (arroz, milho e feijão), numa bacia leiteira e implantação de unidades de processamento de leite que foram instaladas para incentivar a produção (EXPRESSÃO, ed. 16). Por outro lado, as desistências propiciaram o avanço da pecuária, desenvolvida não só nas grandes fazendas, mas em pequenas propriedades, dado à ausência de incentivo para outras atividades.

O CEDERE II comportava as atividades administrativas, técnicas e alojamentos dos funcionários do GETAT, os serviços de saúde prestados pela Superintendência de Campanha de Saúde Pública - SUCAM, serviços de comunicação e arruamento básico ordenado. Foi este Centro que veio tornarse a sede do município de Canaã dos Carajás, como já mencionado acima. O CEDERE III hoje é chamada de Vila Ouro Verde, pertencente a município de Canaã dos Carajás e o CEDERE I é uma Vila do município de Parauapebas. (EXPRESSÃO, ed. 16).

A emancipação do município de Canaã dos Carajás se deu em 05 de outubro de 1994, se desmembrando do município de Parauapebas, que já havia sido desmembrado do município de Marabá em 10 de maio de 1988. Do desmembramento do município de Marabá foram criados mais dois municípios: Curionópolis em 01 de janeiro de 1989 e Eldorado do Carajás em 13 de dezembro de 1991. O processo de desmembramento e criação de novos municípios no sudeste paraense aconteceu num período de duas décadas. Em 1980 a região era formada por apenas cinco municípios, no ano 2000 já se contabilizavam 28 municípios. Na primeira década o processo foi mais

acelerado, em 1992 já havia dezenove novas unidades político-administrativas.

O município de Canaã dos Carajás tem seis vilas rurais, sendo: Vila Planalto, Vila Bom Jesus, Vila Serra Dourada, Vila Feitosa, Vila Ouro Verde e Vila Mozartinópolis e está na área de influência direta da Vale. A empresa, em constante conflito com as comunidades locais realizou diversos estudos de viabilidade econômica para exploração mineral na área do município e chegou a anunciar e implantar vários projetos. Conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Projeto de exploração mineral em Canaã dos Carajás

Projeto	Minério Explorado	Fase do Projeto
Projeto Sossego	Cobre	Operação
Projeto 118	Cobre	Paralisado
Projeto Níquel do Vermelho	Níquel	Paralisado
Projeto Ferro Carajás S11D	Ferro	Licença de instalação

Fonte: Organizado pelo autor

Os projetos parecem ser poucos, mas os números provenientes do processo de extração e transformação mineral são estratosféricos. Só o Projeto Sossego, de extração de cobre, foi responsável em colocar Canaã dos Carajás na posição de 4º maior exportador do Pará, ficando atrás de Parauapebas, Barcarena e Marabá no ano de 2012. O Cobre extraído da mina do Sossego é exportado para Alemanha, Bulgária, Índia e Espanha. Só no ano de sua inauguração, em 2004, a mineração movimentou R\$ 381 milhões em operação com o minério de cobre. O município está entre os dez maiores arrecadadores de compensação financeira por exploração mineral no país. (EXPRESSÃO, ed. 16 & DNPM) Os projetos 118 e Níquel do Vermelho estão paralisados devido à prioridade que a mineradora deu à produção de ferro.

Esses dados merecem uma análise um pouco mais aprofundada para refletir sobre o crescimento do município, pois devem ser comparados com outras informações para que se tenha um melhor retrato da realidade. A população de Canaã dos Carajás no ano de 2000 era de 10.922, em 2010 aumentou para 26.716, com uma porcentagem maior na zona urbana, mas a taxa de urbanização não acompanhou esse crescimento, ficou em 0%. A vizinha Paraupebas passou de 71.568 para 153.908 habitantes de 2000 a 2010. (Pnud, Ipea &FJP, 2013). Os indicadores abaixo ilustram a evolução populacional de Canaã dos Carajás.

Comparando as taxas de evolução populacional de Canaã dos Carajás com as taxas do Pará e do Brasil, pode se perceber que o município superou a média nacional, tendo um crescimento superior à 100% desde os anos 2000. O Pará teve um crescimento de 18,4%, e a taxa de crescimento do país foi de 11%.

A renda per capita do município também cresceu, foi um crescimento de 237% do ano de 1991 à 2010. Passou de R\$ 153,51 em 1991, para R\$ 517,33 em 2010. Porém a desigualdade aumentou, o índice Gini, que mede o grau de concentração de renda, media 0,52 em 1991, subiu para 0,55 em 2010. No município vizinho, Parauapebas, a concentração de renda caiu de 0,59 para 0,53 no mesmo período. Quanto mais próximo de 1, maior o grau de desigualdade e concentração de renda. (Pnud, Ipea & FJP, 2013). O estudo aponta que 20% da população mais rica do município se apropriava de 59,54% da renda e 80% dos mais pobres se apropriavam de 40,46% da renda no ano de 2010.

Organizações da sociedade civil, como ong's, sindicatos, coletivos de estudantes e pastorais ligadas à igreja católica têm produzido diversas publicações sobre os impactos da mineração na região. Uma publicação organizada pelo Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular - CEPASP, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Movimento Debate e Ação, revela a 'marca cruel' da mineração na região. A publicação intitulada de 'Impactos da Mineração no Sudeste Paraense' reúne estudos sobre impactos da exploração mineral, nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Segundo essa publicação, todos os projetos de mineração, implantados ou em fase de implantação (em obras ou em estudo) já produzem impactos negativos sobre as famílias de agricultores em Canaã dos Carajás. Referente ao projeto Sossêgo os impactos são:

Alagamentos: os alagamentos são provocados por diques construídos para impedir que nos períodos chuvosos a água do rio Parauapebas e seus afluentes adentre sobre a área da Mineração Serra do Sossego, subsidiária da Vale. Além dos diques, ainda há uma pilha de rejeitos às proximidades do rio. No período das cheias, o volume de água vai todo para as áreas dos agricultores, inundando residências, pastagens, galinheiros, plantios de

culturas temporárias e permanentes. A empresa não se responsabiliza pelos danos. (CEPASP, 2010)

Explosões e danos: as explosões na mina do Sossego, que acontecem várias vezes diariamente, além do barulho, uma fumaça se espalha e cobre as plantações e pastagens de agricultores que chegam a ficar a menos de 3 (três) quilômetros da mina. Os agricultores reclamam ainda de tremores e rachadura nas residências. Os moradores denunciam o surgimento de distúrbios no comportamento, causados pelo barulho das explosões e que chegam a assustar as pessoas. Os animais tem tido dificuldade de se reproduzir, há casos de animais que nasceram mortos, tal situação também é atribuída aos estrondos das bombas.(CEPASP, 2010)

Isolamento: Com o desvio de estrada e compra de terras de agricultores e fazendeiros no entorno dos projetos Sossego, 118 e Níquel do Vermelho, a Vale provocou o isolamento de estradas vicinais e vilas, além de concentrar uma grande área de terra. Caso emblemático é o da VS-40, em que a empresa comprou 30 lotes e deixou 11 famílias, que não quiseram comercializar seus lotes, isoladas, pois não há mais recuperação da vicinal, o que torna ainda mais difícil ou inviável o transporte para escoar a produção e levar as crianças para a escola. A rede de energia elétrica também não chega aos lotes, até o Programa Federal 'Luz Para Todos' foi cancelado. (CEPASP, 2010)

Apropriação e opressão: a perda de terras causadas pela infraestrutura da mina, como estrada, ferrovia e linha de transmissão de energia, também devem ser consideradas. O problema não está só na perda da terra ou autonomia sobre a mesma, mas também na forma como as famílias são tratadas pelos representantes da empresa, no caso a mineradora Vale. Arrogância, autoritarismo, guerra psicológica e negação de direitos estão na prática da empresa nas negociações pelas áreas e fazem questão de negociar individualmente com exigência sigilo total. As propriedades dos agricultores são constantemente invadidas por guardas florestais e representantes da mineradora, que danificam pastagens, cercas e outras benfeitorias.(CEPASP, 2010)

Poluição na Vila Planalto: A vila Planalto fica na rota do transporte do minério de cobre, que sai da mina do Sossego e segue de caminhão até

Parauapebas, as denúncias são da poluição causada tanto ao solo, quanto ao ar, pelos resíduos que caem dos caminhões. Outra situação é que a Vila abriga alguns escritórios e estacionamento de empresas que fazem o transporte de produtos químicos para a Mina, os caminhões são lavados na Vila e os resíduos do produto escoam pelas ruas no momento da lavagem. Os riscos destas poluições ainda não são conhecidos pelas famílias que residem na Vila. (CEPASP, 2010)

O estudo ainda faz uma análise sobre os impactos da mineração sobre as populações urbanas:

Percebe-se pelas diversas experiências que o impacto da mineração é localizado, desestruturante e ao mesmo tempo estruturante, ao modo que interessa as empresas. Desestrutura comunidades locais, urbanas e rurais, provocando a migração de pessoas vindas de outras regiões e do campo para a cidade O aumento, sem controle, da população no entorno dos projetos constituindo grandes aglomerados nos núcleos urbanos, o aumento da criminalidade, o comércio de drogas, a superlotação nas escolas e a falta de serviços de atendimento à saúde para tanta gente, são impactos mais visíveis (CEPASP, 2010).

O aumento da criminalidade pode ser evidenciado observando-se as taxas de violência da região do sudeste paraense. Em municípios sobre influência direta da mineradora Vale S.A, são significativas se comparadas com índices nacional ou estadual. Em Diagnóstico encomendado pela Mineradora à empresa Diagonal Urbana, em 2006, tal afirmação pode ser evidenciada.

Tabela 3: Taxa de Roubo no ano de 2006

Município	Taxa de Roubo
Marabá	639
Parauapebas	298 a 639
Canaã do Carajás	111 a 298
Curionópolis	35 a 111
Eldorado dos Carajás	33 a 35
Pará	423
Brasil	1201

Fonte: Diagonal Urbana - Elaborada pelo autor

Marabá se destaca com índice da taxa de roubo superior a do estado Pará, que é de 423, seguido de Parauapebas e Canaã dos Carajás, o último variando entre 111 a 298 ocorrências num grupo de 100 mil habitantes. A média nacional é 1201 ocorrências.

Tabela 4: Taxa de furto no ano de 2006

Município/UF	Taxa de Furto
Marabá	661
Parauapebas	574 a 661
Canaã do Carajás	356 a 574
Curionópolis	155 a 356
Eldorado dos Carajás	6 a 155
Pará	423
Brasil	1201

Fonte: Diagonal Urbana - Elaborada pelo autor

A cena se repete no mapa da taxa de furto, porém a cidade de Canaã dos Carajás, que em 2007 contabilizava quase 24 mil habitantes, apresenta índice semelhante ao do Estado, que tem ocorrência de 423 e o município variam de 356 a 574 ocorrências por 100 mil habitantes.

Tabela 5: Taxa de homicídios no ano de 2006

Município/UF	Taxa de Homicídios
Marabá	95 a 95
Parauapebas	70 a 95
Canaã do Carajás	29 a 40
Curionópolis	40 a 70
Eldorado dos Carajás	12 a 29
Pará	18,3
Brasil	27

Fonte: Diagonal Urbana - Elaborada pelo autor

O mapa sobre a taxa de homicídios demonstra que o índice dos municípios na área de influência direta da mineradora Vale S.A são superiores ao estadual e nacional. Se a taxa estadual estava em 18,3 e o nacional em 27, o de Canaã dos Carajás estava entre 29 e 40, Parauapebas entre 70 e 95, e Marabá supera todos com 95 ocorrências em 100 mil habitantes. Os documentos anexos ao Mapa da Violência 2013, organizado por Júlio Jacobo Waiselfisz, apontam Canaã dos Carajás como 15ª cidade mais violenta do estado do Pará. As vizinhas, Marabá, Eldorado do Carajás e Parauapebas, ocupam respectivamente as 3º, 11º e 10º posições no ranking.

Tabela 6: Taxa de tráfico de drogas no ano de 2006

Município/UF	Taxa de Tráfico de drogas
Marabá	11 a 12
Parauapebas	17 a 17
Canaã do Carajás	12 a 17
Curionópolis	9 a 11
Eldorado dos Carajás	-
Pará	4,86
Brasil	-

Fonte: Diagonal Urbana - Elaborada pelo autor

A taxa de tráfico de entorpecentes também não é diferente. A maior taxa é a de Parauapebas com 17, seguida de Canaã dos Carajás com 12 a 17, Marabá de 11 a 12 e Curionópolis com 9 a 11, a taxa estadual é de 4,86, e a nacional não foi informada. É importante destacar que em todas as taxas mostradas acima, os municípios mineradores têm números superiores ao estadual e aos demais municípios da região.

Os impactos citados acima se referem, principalmente, ao Projeto Sossego que teve inicio de sua implantação no ano de 2000 e entrou em operação no ano de 2004. Mais impactos são esperados com a implantação de outros projetos. Encontra-se em fase de implantação em Canaã dos Carajás, o Projeto Ferro Carajás S11D, que prevê a extração inicial de 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. A licença de instalação nº 947/2013, concedida pelo IBAMA, saiu no dia 03 de julho de 2013.

O Projeto Ferro Carajás S11D ainda nem alcançou o pico do processo de implantação e já é alvo de várias críticas. No Boletim Pyguara, assinado pelo Coletivo Amazônida de Formação e Ação Revolucionária, edição de julho de 2013, estão sistematizadas essas críticas, que são: o inchaço populacional acarretando aumento do custo de vida e da violência, precarização dos serviços públicos; Aumento do desemprego após o fim das obras de implantação, que reduzirá de 30.000 para 2.600; Expulsão dos agricultores do campo provocando redução na produção de comida; Impactos ambientais, causados pela destruição de cavernas, lagoas e poluição das águas; e por fim, a velocidade em que os minérios estão sendo explorados faz com que as minas cheguem ao fim mais rápido e o minério acabe.

Tais índices demonstram a notável influência da mineração na realidade do município, o que nos leva a uma necessária inquietação e à necessidade de refletir sobre o avanço do capital no município de Canaã dos Carajás/PA. Como o Estado tem atuado em processos de expropriação para acumulação capitalista no trato com a agricultura familiar em Canaã dos Carajás? Tentando responder essa questão dedicaremos o próximo capítulo exclusivamente para a compreensão teórica do Estado e as ações políticas que este coloca em prática para o desenvolvimento do capitalismo, o mesmo que dizer, para a expansão e reprodução do capital.

Capítulo 2 - Estado e Mineração na Amazônia

2.1 - O Estado na Amazônia

Neste capítulo, pretendemos refletir sobre o papel do Estado brasileiro na Amazônia, sobretudo na política de mineração, desde os diversos projetos de reconhecimento do potencial mineral da região à exploração e beneficiamento dos minérios encontrados. Para tanto, iniciamos pelas reflexões em torno do conceito geral de Estado:

(...) um conceito de Estado em geral: o Estado, em todas as sociedades o divididas em classes (escravistas, feudal ou capitalista), é a organização especializada (=o 'poder especial de repressão') na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra (SAES, 1998, pg 19- grifos do autor).

A elaboração do autor tem base em diversos escritos de Marx, Engels e Lenin e considera o conceito válido para todas as sociedades divididas em classes sociais. Esta teoria de Estado dialoga com a de POULANTZAS (1977), que afirma:

O Estado é assim o lugar no qual se reflete o índice de dominância e de *sobredeterminação* que caracteriza uma formação, um dos seus estágios ou fases. Por isso o Estado que aparece como o lugar que permite a decifração da unidade e da articulação das estruturas de uma formação (p 23 - grifos do autor).

LENIN (2007) explica de forma mais clara que o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados.

Além disso, POULANTZAS(1977) afirma que nesta condição de regulador ou organizador, o Estado apresenta as *modalidades de funções* e os níveis sobre os quais elas atuam em particular:

...função técnico-econômica- nível econômico; função propriamente política - nível da luta política de classes; função ideológica - nível ideológico. A função técnico-econômico e a função ideológica do Estado são, entretanto, sobredeterminadas pela função propriamente política - a que diz respeito à luta política de classes -, na medida em que constituem modalidades do papel global do Estado, fator de coesão da unidade de uma formação: este papel global do Estado é um papel político...(pg 48).

O autor explica melhor essa ideia quando diz que no momento em que o Estado ocupa o papel de dominação política de classes e o conjunto de sua estrutura resulta em uma formação social dividida em classes, as funções técnico-econômica, ideológica e política não existem separadamente, mas sim uma função global de coesão em que as duas primeiras modalidades são sobredeterminadas pela modalidade especificamente política.

Poulantzas define uma formação social pela dominância de certo modo de produção sobre outros que ainda sobrevivem numa fase de transição. O capitalismo tende a destruir todas as outras ainda existentes e nesta formação social, o econômico cumpre papel determinante, cuja reprodução se dá no campo da política. Esta, por sua vez, adquire materialidade no Estado e nas suas instituições jurídicas e ideológicas, o que confere à política uma unidade autônoma. Isso quer dizer que refletir sobre o Estado, nos remete decididamente ao campo da luta de classes como uma luta política pelo controle das decisões econômicas, o que pressupõe deliberar o que, para quem e como produzir.

Saes (1998) faz a correspondência entre o modo de produção capitalista e o Estado burguês e a partir de seus argumentos seguiremos nossa reflexão sobre as características do *Estado burguês* que correspondem às relações capitalistas de produção. Esta correspondência não pode representar um reflexo ou ser vista de forma mecânica. Pois:

(...)um tipo particular de Estado - o burguês- corresponde a um tipo particular de relações de produção -capitalista-, na medida em que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas(...) (pg 22- grifos do autor).

Saes demonstra que um Estado é considerado burguês quando cria as condições que reproduzem as relações capitalistas de produção. Para isso precisa desempenhar duas funções:

"a) individualizar os agentes da produção (produtores diretos e proprietários dos meios de produção), mediante a sua conversão em pessoas jurídicas: isto é, sujeitos individuais aos quais se atribuem direitos e uma vontade subjetiva. Essa individualização confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade: isto é, um contrato de compra e venda de força de trabalho. Uma vez imposta ao produtor direto a definição da prestação do sobre trabalho como um ato de vontade, essa troca desigual pode se renovar continuamente, sem que seja, necessário o

exercício de uma coação extra-econômica(isto é, uma coação distinta daquela exercida pela pura necessidade vital) sobre o produtor direto. b) neutraliza, no produtor direto, a tendência à ação coletiva, decorrente do caráter socializado do processo de trabalho, e determinar, por esse modo, a predominância, no produtor direto, da tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo. Se a primeira função produz efeitos tanto sobre o produtor direto como sobre o proprietário dos meios de produção, esta segunda função produz, fundamentalmente, efeitos sobre o produtor direto. Pela primeira função, o Estado burguês coloca o produtor direto, no mercado de trabalho, como sujeito individual, dotado de vontade e de direitos; por essa segunda função, o Estado neutraliza a tendência dos produtores diretos a se unirem num coletivo antagônico ao proprietário dos meios de produção: a classe social."(p 30-31. grifos do autor)

Sobre as funções do Estado capitalista de individualizar os agentes da produção e neutralizar a tendência à ação coletiva, POULANTZAS (1977) chama atenção para a predominância do político sobre as outras funções, o que indica que as três funções se entrelaçam e vez ou outra uma se sobrepõe às outras:

...no caso do Estado capitalista que é o 'Estado liberal' do capitalismo privado, o papel dominante assumido pelo econômico reflete-se pela dominância da função propriamente política do Estado - 'Estado polícia' -, e por uma não-intervenção específica do Estado no econômico. Isto de modo algum quer dizer, no caso concreto, que o Estado não tenha uma função econômica - que o próprio Marx nos indica em *O Capital* a propósito da legislação sobre as manufaturas -, mas simplesmente que ela não assume o papel dominante (pg. 53).

No que se refere à Amazônia brasileira é necessária uma análise mais detida sobre o assunto, porém ousamos levantar uma questão sobre o tema. Antes veremos as características das ações do Estado para expandir processos de reprodução do capital na região em períodos anteriores, quando se intensificam após o golpe militar em 1964:

O Estado brasileiro facilitou a expansão capitalista na região, tendo como estratégia os incentivos fiscais e o crédito. A análise histórica mostra que em escala internacional, a reprodução do capital não se efetiva sem a participação do país. Na última fronteira de ocupação brasileira, desde que foi instalada a ditadura militar brasileira, a penetração de forma capitalista foi intensificada com a ampla organização do poder do Estado (PICOLLI, pg 45).

Picolli (2006) traz reflexões sobre a atuação do Estado ditatorial na Amazônia que tem muitas semelhanças com o que Gudynas (2012) aponta como características dos governos progressistas na América do Sul. No caso do sudeste paraense, é fato que encontramos aqui, num governo ditatorial de

mais de 30 anos atrás, características muito próximas ao que hoje alguns autores caracterizam como neodesenvolvimentismo dos governos progressistas. Ou vice-versa: governos ditos progressistas aplicam as mesmas políticas ditatoriais, quando se trata da função indispensável do Estado burguês, qual seja, criar as condições para a produção e reprodução do capitalismo em escala global.

A título de exemplo, podemos citar a implantação do Programa Grande Carajás na década de 80 e os diversos programas de colonização do mesmo período.

No caso brasileiro, o governo passou a ser colaborador, colocando-se sempre na retaguarda do sistema imperialista e protetor dos grandes conglomerados internacionais. Assim, quando necessário, interferiu em nome do capital, mesmo que fosse através da submissão das massas, bem como financiador da destruição do meio ambiente. Além de incentivos fiscais e empréstimos em dinheiro, o governo cumpriu sua parte com estruturação de estradas, abastecimento de energia, construção de aeroportos, proporcionando a entrada e saída das pessoas e o escoamento da produção na região (PICOLLI, pg 49).

A prática adotada pelo Estado na Amazônia, desde a década de 1950 e mais intensamente durante e após o regime militar no Brasil, tem servido de indutor da economia, a serviço da expansão capitalista, seja na construção das infraestruturas necessárias para a realização do capital, nos financiamento ou isenções de impostos, na repressão e submissão dos grupos contrários aos interesses capitalistas na região ou até mesmo no comando de empresas, como a antiga Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997, atualmente com o nome fantasia 'Vale S.A.' mas ainda fortemente protegida pelo Estado. Isso tem sido alvo de denúncias de organizações mediadoras e movimentos sociais¹, articulados em níveis locais, nacionais e internacionais em relação ao tratamento dado às empresas mineradoras. As denúncias são sobre os financiamentos, a construção de infraestruturas, os incentivos fiscais, a conivência em relação ao descumprimento da legislação ambiental e trabalhista, e do aparelho repressivo do Estado:

O Estado coloca a serviço das empresas o aparato jurídico e policial: quando o judiciário decide, é sempre a favor das empresas, e quando as polícias se tornam guardiãs dos empreendimentos, coagindo e

¹ Neste caso nos referimos ao Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, Movimentos dos Atingidos por Barragens, Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Movimento dos Trabalhadores da Mineração, Movimento Debate e Ação, Comissão Pastoral da Terra e Centro de Educação Pesquisa Assessoria Sindical e Popular.

reprimindo trabalhadores com cassetetes, balas de borracha, bombas de efeito moral e sprays de pimenta, quando reclamam seus direitos. Mesmo que os ministérios públicos atuem com as representações junto ao judiciário, este julga em favor da ordem maior, o capital (CRUZ NETO, 2010).

Daí surge nossa questão: o Estado, a despeito do regime econômico e político de acumulação em que se dá a economia nacional sempre exerceu forte papel, indutor da expansão capitalista em detrimento das necessidades reais das populações tradicionais, camponesas e dos trabalhadores em geral, elos mais fracos da formação social capitalistas aqui residentes ou atraídos. Isso se evidencia fortemente quando observamos a mineração empresarial no sul e sudeste do Pará e todo o aparato estatal constantemente mobilizado para o seu crescimento.

2. 2 - A Mineração Empresarial na Amazônia

Neste tópico refletiremos sobre a mineração na Amazônia e as atuações do Estado, sobretudo na mudança da legislação brasileira para viabilizar a apropriação privada dos bens minerais, fazendo o recorte a partir do Golpe Militar de 1964. Esse recorte se faz necessário devido a importância que o setor mineral obtém na ditadura militar, o que se evidencia nos documentos oficiais, como:

A Exposição de motivos nº 391/64, do Ministro de Minas e Energia, reflete a que talvez tenha sido uma das providências mais ágeis do regime militar, a redefinição do estado de coisas no ramo mineral. Com base nela, o Regime fixa diretrizes gerais para o setor mineiro, entre as quais: Eleger como objetivos fundamentais e prioritários 'aproveitar intensa e imediatamente os recursos naturais conhecidos', 'ampliar a curto prazo o conhecimento do subsolo do país', 'propor revisão do Código de Minas'(1º diretriz); considerar a produção mineral como de maior importância, e prioritária para o desenvolvimento nacional, 'quer se destine à industrialização de minério no país, quer tenha por objetivo a sua exportação'(2º diretriz); dar apoio governamental e incentivo aos projetos que resultem em redução ou eliminação de importações (3º diretriz); restringir-se o poder público ao desenvolvimento das empresas mineiras estatais já existentes, deixando à iniciativa privada a ação mineira, apenas assumindo-a quando ela não interessar ao empreendimento privado (4º diretriz); procurar orientar a formulação dos projetos de mineração 'para obter as condições mais vantajosas para o País', procurando, contudo, evitar, dificultar ou impossibilitar a sua execução (5º diretriz); e adotar 'política de livre iniciativa de lavra, beneficiamento, transporte, transformação, embarque e comércio' no ramo mineral (LEAL, p.128).

O avanço nas duas primeiras diretrizes motivou consultas a especialistas da área, realização de mesas redonda e debates que levaram à construção do *Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil*, 1965/1974, em 1967 pelo Ministério de Minas e Energia. Este plano apontava as atividades constitutivas: elaboração da *carta geológica do Brasil ao Milionésimo*, que era um elemento importante para o conhecimento geológico e base planejamento do setor mineral; *Os Projetos básicos* constituíam o prosseguimento das pesquisas de mapeamento geológico-econômico sistemático a nível regional; e os *projetos específicos de Pesquisa Mineral* seriam executados a partir das pesquisas dos projetos básicos, ou onde já se conhecia a existência de jazida mineral, com estudos mais específicos de prospecção e pesquisa mineral, geoquímica, geofísica, poços, sondagens, galerias, etc. (Ministério de Minas e Energia, 1967).

O Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil - 1965/1974 - apresenta-se como o plano objetivo para conhecimento do potencial mineral do país, e que segundo Leal (1988) há muitas semelhanças com a proposta elaborada por Charles Wright, ex-chefe da divisão de mineração do U.S. Bureau of Mines, em março de 1964:

Ele recomendava que, sendo a principal preocupação da nação americana suprir suas futuras necessidades minerais para manter seu poderio militar e industrial, que o governo norte americano encorajasse, através de benefícios fiscais e tarifários, companhias mineradoras americanas a expandirem e desenvolverem seus projetos no exterior, para que os três bancos fundamentais - o BIRD, o EXIMBANK e o BID - deveriam ampliar e estender créditos, o que levaria a uma expansão não só da atividade de mineração, mas também dos projetos metalúrgicos; e propunha dentro das Américas e sob a égide da Aliança para o Progresso, a execução de um Plano Decenal tal que prestigiasse o desenvolvimento dos recursos minerais em cada país da livre iniciativa(...) (LEAL, 1988).

O passo seguinte foi - ainda da primeira diretriz de 1964 - a reelaboração do Código de Minas. Todavia, a Constituição de janeiro de 1967 adiantou o que viria ser esse novo Código de mineração, através do seu Artigo nº 168, que dizia: 'As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedades distintas do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.' Um mês depois, em decreto-lei, institui o novo Código de Mineração em que as disposições específicas teriam como fundamento a declarada separação entre solo e subsolo.(Leal, 1988)

A primeira normatização do novo Código foi o chamado *regime res nullius*. Este regime já estava presente no Código de Minas de 1934 e substituía o *regime de acessão*, em que as jazidas pertenciam ao proprietário do solo, quando desconhecido, o subsolo pertencia à União. No *regime res nullius* o subsolo passa a ser *coisa de ninguém*. Apesar de já está no código desde 1934, este existia apenas como matéria de lei, pois a força do poder rural ainda reivindicava a coparticipação ou preferência na exploração do bem mineral.

As novas relações sociais de produção colocaram em choque o exercício do direito à propriedade, pois o regime res nullius 'era uma disposição legal tal que, restringindo, em certa dimensão, o exercício do direito de propriedade integral sobre o solo e subsolo, permitisse um determinado exercício do direito à exploração dos bem minerais', ou seja, ele definiria uma forma específica e adequada de exercício do direito de propriedade (LEAL, 1988). A realidade marcada por oligarquias rurais tornavam esse regime sem força, apesar das alterações na legislação minerária de 1937 e 1946. Em 1967, as forças produtivas modernas, tendo os militares a seu serviço, impuseram seu regime:

O exercício social das relações de produção - sendo a propriedade privada uma delas - agora exigia outra forma, o que subentendia, necessariamente, uma outra definição legal. O regime de separação entre o solo e o subsolo, pois se fazia premente, já que o poder do capital e a mentalidade conservadora dos proprietários tradicionais do solo, na realidade brasileira de então, eram insuficientes para desenvolver forças produtivas ao ritmo conexo com a inclusão do Brasil no contexto de uma nova idade de Luta de Classes a nível internacional. Se fazia necessário, pois redefinir o exercício desse direito da propriedade do solo, restringindo-o na dimensão em que se configurasse obstáculo e não fator de impulso ao desenvolvimento das forças produtivas modernas e da acumulação. A separação entre solo e subsolo era uma exigência irrevogável do momento histórico (LEAL, p 131).

Dessa forma, o novo Código de Mineração seguia cumprindo o seu papel, o regime *res nullius* estava entre as principais e fundamentais modificações necessárias para setor da mineração. Leal (1988) destaca que outras mudanças também são implementadas para atender às necessidades do Capital:

- assegurou, através do artigo 17 da Constituição de 1967, a prioridade para a iniciativa privada da exploração mineral, o Estado teria um papel suplementar, caso tivesse interesse;
- Os artigos 15 e 37 do Código, sugerem que as atividades do ramo mineiro ficassem com quase completamente ligada exclusivamente à esfera empresarial, sem restringir o número de outorga de lavra para a mesma empresa.
- O artigo 79 do Código, apresenta a 'empresa de mineração' que passou a ser uma sociedade organizada no país independente da nacionalidade de seus integrantes, que poderiam ser pessoas físicas ou jurídicas;
- O artigo 91 assegura o livre conhecimento das riquezas do subsolo do território brasileiro e a possibilidade da detenção cativa de riquezas minerais apenas pelos que detinham capital e tecnologia para tal, isto é, os monopólios do ramo. Esta é apontada como um dos maiores ataques à soberania nacional sobre o ramo estratégico dos minerais;
- Vários artigos do Código de Mineração e seu Regulamento asseguram o direito de lavra em território de terceiro, utilizando a força se necessário, em decorrência direta da separação do solo e do subsolo, e com pagamentos irrisórios para realização de pesquisas e extração mineral;
- Esse Código de Mineração de 1967, institui obrigações legais, através de exigências de capacidade técnica e infraestrutura empresarial, que possibilita somente aos empreendedores com grande volume de capital acesso ao conhecimento e à exploração dos recursos minerais;
- O monopólio sobre os minérios nucleares pelo Governo, deixa de existir, pois a obrigatoriedade de informar ao Ministério de Minas e Energia é suprimida no novo Código, através do artigo 90.

Com a reformulação do Código de Mineração e seu Regulamento, estavam estabelecidas as novas regras da exploração mineral no Brasil, mas uma coisa ainda ficava pendente: o conhecimento sobre os recursos minerais existentes na Amazônia. A Operação Amazônia, um conjunto de medidas e ações que objetivava 'ocupar e a integrar efetivamente na comunidade nacional, o grande vazio demográfico da Amazônia' (Brasil, sem Paginação),

em seu relatório apontava a necessidade de realização de pesquisas das riquezas minerais na região:

Os programas de pesquisas minerais têm sido, sobre modo, desarticulado e inconstantes. Numa região praticamente desconhecida e virgem de pesquisas como é a Amazônia, um programa para conhecimento e aproveitamento de seus recursos minerais é forçosamente de longo prazo, para cujo desempenho se faz *mister* criar o mínimo de condições, relativamente a equipamento técnico e pessoal especializado (Brasil, sem Paginação).

A Operação Amazônia abria as portas para a ação mineira na região amazônica, bem como para outras ações do capital. Ainda no relatório dessa Operação, é sugerido ao Departamento Nacional Produção Mineral que assuma frente das pesquisas através de descentralização do Órgão. Para tanto é criado por meio do Decreto-Lei nº 764 de 05 de agosto de 1969, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, responsável por produzir conhecimento a cerca dos recursos minerais para colocá-lo a disposição das mineradoras.

No ano seguinte, 1970, é lançado o Projeto Radam, que objetivava fazer através de um aerolevantamento, o levantamento das riquezas minerais e o que mais pudesse ser identificado: florestas, águas, solos e cartografia da Amazônia. O Projeto foi desenvolvido pela CPRM e custeada com recursos públicos do Programa de Integração da Amazônia. A supervisão era feita pela empresa norteamericana Earth SatelliteCo. Sendo os resultados mantidos em sigilo para a sociedade, mas aberto para as corporações capitalistas. O projeto foi tão grande que chegou a ser comparado com o Projeto Apollo, que pretendia enviar o homem à lua, constituindo-se como o segundo maior projeto de pesquisa científica do mundo.

Neste período, quem estava em pleno vapor era a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, empresa estatal criada em 1942, que com a ampliação do mercado consumidor havia dobrado a exportação de minério de ferro de 1961 a 1967. Os investimentos em ferrovias, porto e pesquisa também devem ser acrescentados a este desempenho na produção. A empresa CVRD, devido ao seu desempenho e estabilidade, foi escolhida pelo Governo Militar para representar a parte nacional em grandes projetos minerários na Amazônia, como por exemplo, o Projeto Ferro Carajás.

Além das iniciativas estatais, o setor privado também investia em pesquisas na corrida para conhecer o potencial mineral da Amazônia. Uma dessas empresas era a Companhia Meridional de Mineração - CMM, subsidiária, no Brasil, da norte americana United States Steel Corporation-US Steel, tanto que foi ela a responsável pela divulgação do minério de ferro existente na Serra dos Carajás, do manganês na Buritirama e da jazida de titânio do Maecuru, todas no estado do Pará.

Estas pesquisas foram possíveis devido à aprovação pela diretoria da US Steel, do Brazilian Exploration Program (BEP). O Programa tinha orçamento de US\$ 3,5 milhões e contemplava todo o território brasileiro, porém se concentrou na Amazônia e dispunha de avançadas forças produtivas como helicópteros, fundamental para se chegar a lugares de difícil acesso. O objetivo do Programa era descobrir reservas de manganês para atender a demanda norteamericana na fabricação de armamentos.

Outras empresas também atuavam no Pará, como era o caso da CODIM, subsidiária da também americana Union Carbide, uma das concorrentes da CMM, que na corrida pelos minérios da Amazônia, utilizavam até mensagem de códigos para não vazar informações sobre suas descobertas. Sobre essa disputa e mais detalhes deste período, podem ser encontrados em GUIMARÃES TEIXEIRA & BEISIEGEL (2006).

Com a revelação das jazidas de Carajás, em 31 de julho de 1967, pela CMM, o governo tratou de propor uma sociedade com a US Steel para que a CVRD pudesse participar do Projeto Carajás, pois o governo se mostrava preocupado que um projeto daquela envergadura fosse gerido por uma única empresa privada. Isto poderia trazer prejuízos para o programa nacional de exportação de minério de ferro.

Dessa sociedade, após várias negociações, nasceu a Amazônia Mineração S/A – AMZA, em 15 de abril de 1970, para gerir o então Projeto Pará, que depois veio a ser chamado de Projeto Ferro Carajás. Para implantação do projeto na Serra dos Carajás e desenvolvimento de mais pesquisas, foram necessárias alterações no Código de Mineração, como foi o caso do Decreto nº 64.590, 27 de maio de 1969, que alterou o artigo 29 do Regulamento do Código de Mineração e ampliou para até 10 mil hectares os direitos sobre títulos minerários, em regiões ínvias, como a região Amazônica,

para substâncias minerais de certas classes, inclusive a Classe 1, que abrange o minério de ferro. Sobre essas mudanças na legislação, GUIMARÃES TEIXEIRA & BEISIEGEL (2006) demonstram a profundidade:

É interessante notar que a evolução do Projeto Pará ou Carajás, como passou depois a ser designado, pelas suas características invulgares, determinou a conveniência e necessidade de uma série de alterações e ajustamentos da legislação mineral brasileira, promovendo sua modernização e adequação a situações concretas e objetivas, muito além de simples acomodações casuísticas (p 165).

Apesar das facilidades proporcionadas pelo Governo e a abundância de minérios, a US Steel mostrava desinteresse no Projeto. O principal motivo foi que a recessão de 1973 forçou a reorganização geral da indústria e os objetivos da mineradora americana que estavam ligados a uma usina integrada de aço nos Estados Unidos que acabou sendo cancelada por consequências da crise. O fato é que após muitas tentativas de negociação a US Steel se retirou da AMZA em 15 de julho de 1977. A saída da US Steel do projeto, além da falta de interesse e os consequentes desentendimentos constantes com a CVRD, se deu porque a mineradora brasileira decidiu que poderia tocar o Projeto Carajás sozinha e assim o fez, até associar-se aos japoneses. Para a US Steel foi repassado US\$ 50 milhões pelos investimentos que havia realizado no projeto (GUIMARÃES TEIXEIRA&BEISIEGEL, 2006).

As pesquisas para conhecimento do potencial mineral da Amazônia continuavam sob a direção da Empresa Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - DOCEGEO, subsidiária da CVRD, criada em julho de 1971. A nova subsidiária seria responsável em executar o Plano Trienal de Prospecção Mineral (1971-1974) que tinha como principais objetivos a descoberta de novas jazidas minerais e melhorar a caracterização de áreas de mineralizações já conhecidas, conforme as prioridades estabelecidas pela CVRD, consequentes da política nacional.

A DOCEGEO montou sua equipe com profissionais que já haviam participado de projetos de prospecção e pesquisa realizados pela US Steel, Union Carbide, Alcan. A base para seu planejamento foram as informações básicas fornecidas pelos levantamentos do Projeto Radam. O conhecimento técnico aliado à utilização de modernas forças produtivas, como os helicópteros e aviões, que em 1983 já acumulavam 23.291 horas voadas, possibilitaram um

avanço no conhecimento mineralógico da região e que tiveram outras consequências:

(...) O avanço no conhecimento mineralógico da região, a partir do trabalho da DOCEGEO, foi enorme. Levando-se em conta que é estratégia do capital monopolista deter, cativamente, as fontes de matérias prima como forma de garantia de formação de preços de cartel e de domínio de mercado, por isso e só por isso a CVRD poderia ter se tornado a companhia de absoluto monopólio mineral na realidade brasileira. A rápida assimilação e uso das modernas forças de produção empregadas nas atividades de prospecção e pesquisa pela sua subsidiária tinham-na colocado ao par com as corporações transnacionais, nesse aspecto, e o resultado de suas descobertas faziam automaticamente detentora - em regime cativo - do direito à requisição das áreas de ocorrência, para exploração comercial (LEAL, pg 146).

As condições eram favoráveis para o monopólio da CVRD, contudo não foi isso o que aconteceu. Nesse período a mineradora exercia o duplo papel de *empresa* e *aparelho estatal*, e dependendo da situação e conveniência assumia um ou outro papel, mas sempre vinculada ao privilégio à geração privada de lucros. Apesar de obter direito de enormes descobertas minerais, em nenhum dos casos exerceu cativamente o direito de minerar as jazidas, mas sempre se colocou a disposição para associações e junções de riscos, nas quais sempre suportou os ônus (Leal, 1988).

2.3 - A Década de 1990

A década de 1990 do século XX na América Latina foi marcada pela política neoliberal, quando ocorre uma reformulação no papel do Estado. No que diz respeito à nossa pesquisa, propõe diversas reformas na legislação que possibilitam a formulação de um novo marco regulatório para atender as necessidades de acumulação do capital. Sousa (2012) nos apresenta o que foi essa década:

O ano de 1989 constitui o novo marco histórico no processo de reorganização de uma nova ordem econômica para a América Latina, que implicará na definição de um novo papel do Estado, que passa a atuar no sentido de quebrar o monopólio estatal sobre os setores estratégicos da economia; criar um novo marco regulatório que possibilite o investimento direto do capital estrangeiro nos setores estratégicos, inclusive o setor da mineração; privatizar empresas estratégicas; abrir o mercado nacional para entrada de novos produtos com preços competitivos, eliminando as reservas de mercado; fazer reforma tributária que desonere exportações para tornar empresas competitivas no mercado internacional; criar meios legais e linhas de financiamento para uma nova etapa no processo de exploração e exportação de matérias-primas a serem ofertadas ao

mercado internacional, e novamente funcionarem como instrumentos para sustar a tendência decrescente da taxa de lucro e contribuir na conformação de um novo regime de acumulação de capital e um novo modo de regulação. (p 61-62)

O que marcaria a implantação dessa política na América Latina foi o chamado 'Consenso de Washington' que ainda em 1989 reuniu economistas, funcionários do governo dos Estados Unidos e de agências de financiamento como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. O encontro foi organizado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", e teve como objetivo proceder uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região (Batista, 1994).

Apesar de não ser deliberativo e ter caráter acadêmico, o encontro estabeleceu uma pauta para ser seguida como efeitos de avaliação e abrangia 10 áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. Para Batista (1994) as propostas para esses dez pontos convergem em dois objetivos básicos: 'por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco.'

Apesar da influência do 'Consenso de Washington', é necessário reafirmar que o neoliberalismo, conforme Anderson (2008) nasce logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e nos Estados Unidos onde imperava o capitalismo. E era uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. E só irá ter suas primeiras experiências a partir da década de 70, numa conjuntura de crise do modelo econômico do pósguerra que levou os países de capitalismo avançado à uma enorme recessão combinado à baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. Foi neste cenário que as ideias neoliberais começaram a ganhar terreno. Anderson (2008) apresenta mais reflexões sobre esse período, bem como, sobre a implantação das políticas neoliberal no contexto mundial.

Para Sousa (2012), a decisão de implementar esse pacote de medidas nas sociedades latino americanas veio antes do Consenso de Washington,

porém o encontro serviu para legitimar e divulgar o programa de interesse do governo dos Estados Unidos, o que representaria uma ampla tentativa de estabelecer uma nova ordem mundial, que significaria a construção das condições materiais, políticas, legais ideológicas para conformação de um novo regime de acumulação de capital e um novo modo de regulação.

Há muito tempo, as empresas buscam nos países periféricos as condições de expansão subsidiadas pelo Estado local que promovem surtos de industrialização, acompanhados por pesados investimentos em infraestrutura e inversões nos fluxos de capital. O neoliberalismo trouxe o acirramento desse processo:

Quando se fala em mundialização do capital (ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês de "globalização"), está-se designando bem mais do que outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação (Chesnais, 1996:13).

A necessidade de um novo regime de acumulação era justificada pela crise dos anos 1980, que colocava em cheque o antigo regime e seus problemas. O antigo regime de acumulação, implantado pelos militares, baseou-se no tripé: Estado, capital nacional e capital estrangeiro. Era esse modelo que enfrentava uma crise de acumulação de capital. A Confederação Nacional da Indústria - CNI e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP desempenharam um papel importante na propaganda do programa e na defesa dos governos em 'favor das reformas institucionais que assegurassem o processo de regulação política da mudança na economia e na legislação para garantir a privatização dos serviços, tradicionalmente, mantidos pelo Estado e das empresas públicas' (Sousa, 2012).

O Brasil se apresentava como um terreno fértil para propagação das ideias neoliberais, pois já havia um sucateamento do Estado, desde o governo militar e que se sucedeu com o governo 'democrático' de José Sarney. Diante desse cenário do país, não apenas os reclamos, na verdade antissociais, da grande burguesia, mas, sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado totalmente (Oliveira, 2008).

A propaganda neoliberal estava baseada em três ideários: a falência do Estado por sua incapacidade de elaborar políticas macroeconômicas, por isso deveria passar essa responsabilidade a organismos internacionais; questionamentos em torno da competência do Estado em administrar os recursos naturais, sobretudo na Amazônia, dado à sua importância para o equilíbrio ecológico do planeta; e a necessidade de modernização com reformulação do modelo de economia de mercado baseado no Consenso de Washington (Sousa, 2012).

As ideias neoliberais vão caindo no gosto do governo brasileiro e do empresariado e, concomitante a isso, o processo de desmonte do patrimônio público brasileiro é colocado em prática. O empresariado da FIESP e CNI assume a posição favorável às reformas institucionais que assegurassem o processo de regulação política da mudança na economia e na legislação para garantir a privatização de serviços mantidos pelo Estado e também das empresas públicas que interessavam ao capital, como por exemplo, a mineradora Vale do Rio Doce.

Do processo de desregulamentação para a internacionalização da economia, baseado no Consenso de Washington, que gerou as privatizações de empresas públicas, abertura de mercado, reformas (constitucional, trabalhista, tributária), garantir investimentos do capital estrangeiro, quebra de monopólios de setores estratégicos e plano de estabilização da economia Sousa (2012) destaca as seguintes medidas: Plano Real; A Reforma Constitucional de 1995; A Lei Kandir e a CFEM; A Medida Provisória 2166-67 e a obra de utilidade pública; A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101; e Lei de Modernização dos Portos.

O Plano Real: Lançado em 1994 como um plano de estabilização econômica visava implantar ajustes que garantissem a retomada do desenvolvimento econômico e social. Outro objetivo do plano consistia em reduzir as quantidades de recursos repassados para os estados e municípios pela União; dotar a economia de moeda forte e estabilidade do poder aquisitivo. Paulani & Pato (2005) explicam o surgimento e objetivos do Plano:

Ainda no Governo Itamar, surge o Plano Real, que catapulta FHC, então ministro da Fazenda, para a Presidência da República. Vendido como mero plano de estabilização, absolutamente necessário tendo em vista os problemas produzidos pela persistência da alta inflação (desestruturação das cadeias produtivas, elevado imposto

inflacionário, que prejudica principalmente as classes de renda mais baixa, deterioração da capacidade fiscal do Estado etc.), o Plano Real foi em verdade mais do que isso. Em primeiro lugar, ele resolveu o problema que impedia praticamente o funcionamento do país como plataforma de valorização financeira internacional. Mesmo com a abertura financeira já tendo sido formalmente operada, ela permaneceria letra morta, do ponto de vista de suas potencialidades em termos de atração de capitais externos de curto prazo, se o processo inflacionário não tivesse sido domado. Além disso, o plano abriu espaço para uma série de outras mudanças que teriam lugar no governo de FHC. A abertura da economia, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização da moeda brasileira, a elevação inédita da taxa real de juros, tudo passou a ser justificado pela necessidade de preservar a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real. (PAULANI & PATO, 2005 p 21).

É dessa conformação da situação institucional, legal e econômica que o papel do Estado é modificado para atender as novas necessidades da acumulação de capital e instituindo um novo regime de acumulação, ancorado principalmente na importância que a exportação de produtos primários brasileiros passam a ter, objetivando a aquisição de divisas. Na tentativa de evitar os empréstimos externos e os altos juros, o governo opta pela exportação, daí em diante, até os dias de hoje, o mercado externo exportador de *commodities* passa a ser uma variável importante na dinâmica da economia brasileira (Sousa, 2012). Entre as principais reformas constitucionais que darão suporte a essa política, destacamos:

A Reforma Constitucional de 1995: Esta reforma modificou o capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, que implicou na alteração do conceito de empresa e a questão do subsolo, mantendo a separação entre solo e subsolo e eliminando o conceito de *res nullis* atribuído às riquezas minerais.

A Constituição Federal de 1988 garantia várias vantagens para a empresa brasileira, uma delas era o direito reservado à exploração do subsolo somente à empresa brasileira, principalmente para as de pequeno porte. Essa Reforma constitucional de 1995, também entra no rol das peças-chave na constituição do novo regime de acumulação e modo de regulação e no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (Sousa, 2012).

Lei Kandir e CFEM: A Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996, popularmente conhecida como Lei Kandir, desonerou a exportação de produtos primários e industrializados semi-elaborados. Essa desoneração implicou em perda de receita sobre as exportações no Pará e no Brasil e em

contrapartida aumentou a lucratividade das mineradoras. As mudanças decorrentes dessa Lei têm impactos de curto, médio e longo prazo, dado as transformações e ampliações que ocorreram na economia brasileira, o aumento da lucratividade e o valor de mercado de mineradoras, como a Vale S/A.

A Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM, regulamentada pelo Decreto 01 de 11 de janeiro de 1991, e instituída pela Lei nº 7.990 de 11 de dezembro de 1989, incide sobre o faturamento líquido, definido como valor total das receitas de vendas, descontados as despesas com transporte, comercialização e seguros. A arrecadação da CFEM é dividida entre o município produtor (65%), Estado(23%) e União(12%). Sousa (2012) faz algumas considerações sobre essa divisão e aplicação dos recursos:

Com essa alteração na tributação a CFEM ficou como forma de compensar o município, o estado e a Nação brasileira. Mas como a parcela maior vai para o Município que sedia o projeto, nesse espaço a CFEM repercute positivamente. No âmbito do Estado já é um recurso irrisório. No plano nacional mais insignificante ainda. Nesse sentido a CFEM remunera o município e Estado que sediam o empreendimento de mineração e sofrem o impacto ambiental e social do projeto. Mas ao mesmo tempo, funciona como elemento legitimador do processo de exploração mineral, pois no âmbito municipal é possível dar bastante visibilidade e repercussão para os resultados da aplicação dos recursos que são arrecadados pelos municípios mineradores (SOUSA, 2012. p 89-90).

E continua, sobre a CFEM e a Lei Kandir:

Essa repercussão positiva do investimento no âmbito municipal pode contribuir para escamotear os prejuízos que incidem sobre o Estado do Pará e a Nação brasileira, com a perda das isenções resultantes da lei Kandir e com a retirada e exportação dos minérios estratégicos para o processo produtivo, que são exportados na forma de matéria prima, com o estímulo da Lei que desonera exatamente o produto primário e semi-elaborado e onera o produto industrializado. Nesse sentido a CFEM e a Lei Kandir constituem peças-chave do novo modo de regulação e regime de acumulação (SOUSA, 2012. p 90).

Medida Provisória 2166-67 e obra de utilidade pública: Também compõe as peças-chaves do processo de conformação do novo regime de acumulação e modo de regulação. A grande questão dessa medida provisória é a criação da categoria 'utilidade pública' no seu artigo 1º no IV parágrafo. É definida como utilidade pública as obras essenciais para infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia. Estabelece, também, a supressão vegetal em áreas de preservação

permanente em caso de obras de utilidade pública. O artifício legal possibilitado por essa medida provisória para viabilizar obras de infraestrutura de transporte e energia pode ser visualizado nos discursos para implantação de obras, como no caso da Hidrelétrica de Belo Monte, tanto pelo governo estadual, quanto pelo federal. (Sousa, 2012) Essa medida provisória foi revogada pela Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, porém a 'obra de utilidade pública' permanece, conforme veremos mais à frente.

Lei de responsabilidade fiscal - Lei Complementar nº 101:Baseado nas orientações estabelecidas pelo Consenso de Washington esta Lei 'reorienta a destinação do orçamento público por meio de mecanismos legais que inibam os gastos sociais do poder público com investimentos que venham a ultrapassar o limite legal estabelecido e garanta o repasse regular dos serviços da dívida pública' (SOUSA, p 95). Esta Lei também vinha ancorada no discurso que o Estado é um mau gestor, ineficiente como investidor e incompetente como empreendedor.

O propósito da LRF era e é estabelecer uma hierarquia nos gastos públicos que coloca em primeiríssimo lugar o credor financeiro, em detrimento da alocação de recursos com fins distributivos (políticas de renda e políticas públicas de modo geral) e da viabilização de investimentos públicos. Por outro lado, a "austeridade fiscal" da LRF, que exige de prefeitos e governadores esse tremendo aperto e a redução impiedosa dos gastos na área social, não impõe nenhum controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública do país em favor dos credores nacionais e internacionais (PAULANI & PATO, 2005 pg22).

A Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF entrou em vigor em 4 de maio de 2000, como resultado do Programa de Estabilização Fiscal, de 1998, que tinha como premissa que o Estado não deveria gastar mais do que arrecadava e da necessidade de uma lei que definisse princípios básicos de responsabilidade sobre a gestão dos recursos públicos. A LRF deve ser entendida dentro de medidas coerentes tendo em vista o novo regime de acumulação e modo de regulação, constituindo peças-chave desse regime (Sousa, 2012).

Lei de Modernização dos Portos: A logística também ocupa um papel importante na organização do novo regime de acumulação de capital, a logística portuária não ficaria de fora. A necessidade de modernização dos portos brasileiros também era parte integrante das orientações do Consenso de

Washington e foram alvos privilegiados da crítica neoliberal, já que a gestão era cargo do Estado e a força de trabalho era coordenada por órgão de representação sindical (Sousa, 2012).

A Lei de Modernização dos Portos, como foi denominada, é de 25 de fevereiro de 1993, aprovada durante o Governo Itamar, e está sob o número 8630/93. Além de estimulo à modernização física dos portos, se constituiu como um marco legal e institucional para acabar com o poder dos trabalhadores e o monopólio estatal, por meio de definição de novas regras e da criação de novos organismos de gestão portuária e de mão de obra (Sousa, 2012). Com a modernização, ficou assim:

Um marco na história portuária brasileira é a Lei de Modernização dos Portos, de 1993 (Lei n.º 8.630/93). Desde sua aprovação, é adotado o modelo de exploração portuária, conhecido como landlordport: o Estado é responsável pela administração e investimentos na infraestrutura portuária e a operação dos terminais é cedida à iniciativa privada, que compra equipamentos, contrata mão de obra e impulsiona a produtividade. A regulamentação da lei, em 2008, estabeleceu em 25 anos o período de concessão para as empresas (Araújo, 2013, sem paginação).

Por ter quebrado o monopólio do Estado sobre a gestão portuária e a influência dos sindicatos dos trabalhadores na gestão da força de trabalho, estabelecendo um processo de modernização e ampliação de suas capacidades com recursos públicos financiados pelo BNDES, a Lei nº 8630/93 constitui uma peça-chave para o processo de constituição de um novo regime de acumulação e novo modo de regulação (Sousa, 2012).

2.3.1 - O Processo de Privatização da Companhia Vale do Rio Doce

As privatizações no Brasil não podem ser vistas de forma isolada, elas também fazem parte da organização do novo regime de acumulação e do novo modo de regulação, por isso devem ser analisadas no conjunto das mudanças ocorridas pós 1990, sendo peça importante para o entendimento dessas transformações legais e econômicas. As privatizações também seguiam as orientações do Consenso de Washington.

O Governo de FHC resolveu intensificar a política neoliberal, então, a palavra de ordem passou a ser 'privatizar'. Para convencimento da sociedade dos benefícios da privatização todos os meios foram utilizados, sobretudo os meios de comunicação. O discurso girava em torno de dois pontos básicos:

- As empresas estatais eram obsoletas, dispendiosas e ninhos de 'marajás'; isto se devia ao seu caráter de monopólio estatal, não submetido à concorrência; as empresas, transferidas para o mercado, seriam obrigadas a enfrentar a concorrência e, graças a isso, se tornariam mais competentes, produziriam lucro e reduziriam as tarifas.
- O Estado brasileiro estava falido, com uma dívida pública imensa: a privatização era necessária pra reduzir a dívida pública, com a receita proveniente da venda das estatais; por outro lado, o Estado despendia recursos imensos para manter as estatais várias delas deficitárias , função que não seria precipuamente a sua; transferindo-as para o setor privado, deixaria de desperdiçar e poderia se concentrar no fundamental como saúde e educação, por exemplo (Lesbaunpin&Mineiro, 2002. p 29-30).

O processo de privatização vendeu 76% do patrimônio público e as vendas renderam, até 2002, R\$ 87,2 bilhões. No entanto, esse montante pouco ajudou para abater a dívida pública e o Estado, supostamente falido, ainda fez altos investimentos nas empresas antes de privatizá-las; só na Telebrás, o investimento foi de R\$ 21 bilhões e depois foi vendida por R\$ 22,2 bilhões. O BNDES ainda concedeu empréstimos para as empresas compradoras a juros subsidiados e assumiu parte das dívidas das estatais com pagamento de indenizações e direitos trabalhistas dos funcionários demitidos de várias empresas privatizadas (Lesbaunpin&Mineiro, 2002).

O que nos chama atenção nessa pesquisa, é a privatização da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, que, posteriormente, veio a ser chamada pelo nome fantasia de Vale. A CVRD foi incluída pelo decreto 1.510/95 de 10 de junho de 1992 no Programa Nacional de Desestatização, programa criado pela Lei n 8031/90 de 12 de abril de 1990 no Governo Collor. Então a CVRD é colocada no jogo:

A CVRD, por dever de ofício, é a favor da privatização, mas, 90% de seus quadros é contra e esse número contrário evoluiu continuamente, à medida que os lances do processo foram se desenvolvendo e configurando a armação associada. Interessante notar como tal postura evoluiu, do ponto de vista de quem, como eu, está distante do centro dos acontecimentos e tem contatos periódicos com aqueles que estão por dentro do assunto. A princípio, havia uma atitude de prudente expectativa, em função de lances iniciais, indicativos da linha geral do processo. Gradativamente foi passando pra apreensão, em especial após a troca dos principais responsáveis (saiu a Helena Landau, etc. e entraram o Kandir etc.). Com essas mudanças e a sequência das discussões, foi ficando cada vez mais claro e nítido o sentimento da existência de uma grande jogada, e a atitude do citado grupo dos empregados da CVRD passou para a revolta, decepção, frustração, etc., à medida que notavam sinais claros da evolução dessa montagem - coisa de profissionais! Um complexo arranjo em favor da Anglo American Co.(Teixeira &Beisiegel, p 393)

A resistência não surte muito efeito, pois a preparação para a privatização já se processava há um tempo:

Para quebrar a resistência dos trabalhadores e da população contra sua política privatizante, o governo, através de propagandas enganosas veiculadas nos meios de comunicações, conseguiu ganhar setores importantes da população para sua política. Esta propaganda encontrou campo fértil na cabeça dos próprios trabalhadores da Empresa, porque no início da década de 90 ela tinha iniciado um forte processo de reorganização do trabalho e da produção, com a introdução de novas tecnologias e aplicação de novos métodos (GODEIRO, pg 82).

A CVRD sobrevinha como a empresa estatal do setor mais cobiçada pelo capital privado. A mineradora estatal foi privatizada pelo valor de US\$ 3,34 bilhões (três bilhões e trinta e quatro milhões de dólares). O processo de privatização da estatal rendeu manifestação em várias capitais do Brasil por parte de movimentos sociais e entidades ligadas à Igreja Católica que se posicionaram contrários à venda da empresa. Rendeu também 103 ações populares que apontavam descumprimento de aspectos legais previstos no próprio Programa Nacional de Desestatização e denúncias de subavaliação dos bens da empresa (A Vale é nossa!, 2007). Uma das argumentações era em torno da subavaliação da empresa:

O preço de venda da CVRD, US\$ 3,338 bilhões de dólares, foi subestimado propositalmente para garantir os lucros aos empresários privados. Neste valor não se incorporou o conjunto das empresas do grupo e as participações societárias em dezenas de empresas, não se incorporou o valor das reservas minerais da CVRD, nem tampouco entrou na composição de preço todas as empresas ferroviárias, portuárias e toda a infra-estrutura da empresa (GODEIRO, pg 86-87)

E tem mais:

Ficou de fora do preço mínimo da empresa um conglomerado com cerca de 60 empresas, incluindo a infra-estrutura ferroviária, com 9 mil quilômetros de malha ferroviária e vários terminais portuários. Ficou de fora a Docegeo, subsidiária de pesquisa mineral da Vale, que nos seus 38 anos da empresa, gastou cerca de US\$ 1bilhão. Este valor não foi contabilizado para o preço de privatização da CVRD. Participações em empresas como a Usiminas, Açominas, CSN e um largo etcetera (GODEIRO, pg 87).

A subavaliação também se dá pelo fato de que as reservas minerais em poder da CVRD não foram informadas corretamente ou foram informadas com quantidades menores:

Para determinação dos preços mínimos na privatização, foi informado que a CVRD possuía 2,8 bilhões de toneladas de minério de ferro.

Porém, a empresa já havia informado à Bolsa de Valores de Nova York que o total das reservas de minério de ferro da CVRD em todo o Brasil era de 7.981 bilhões de toneladas. Informou-se em 1997 que a CVRD possuía reservas de 197 milhões de toneladas de bauxita quando o número correto era 392 milhões de toneladas. De manganês se informou reservas no total de 30,4 milhões de toneladas, quando o número real era de 63 milhões de toneladas. De potássio se informou que as reservas era de 4,4 milhões de toneladas enquanto o número correto era de 19,2 milhões de toneladas (GODEIRO, pg 94).

Outra polêmica é a participação do Banco Bradesco no processo de privatização. Pois ao mesmo tempo em que participou da avaliação dos bens da estatal, também foi um dos compradores da empresa. A trama se deu através do Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, cujo um dos acionistas é o Bradesco, e a CSN faz parte do consórcio comprador da maior parte das ações da Valepar.

Porque os dois bancos responsáveis pela avaliação da CVRD, o Bradesco e o Merril Lynch, não incorporaram o valor total da CVRD? Muito simples: o Bradesco se tornou co-proprietário da Vale privatizada. É como colocar lobo cuidando de galinheiro. Esta irregularidade já é suficiente para anular o leilão de privatização da Vale. A Lei de Licitação para a venda da Vale s\a define que não pode haver nenhum vinculo entre o avaliador e o comprador. O Bradesco era dono de 17,9% do capital votante da CSN, empresa que liderou a compra da Vale. O Bradesco participa, a partir do ano de 2000, do bloco controlador da Vale, através da Bradespar. Os dois bancos avaliaram a empresa em R\$ 10,36 bilhões de reais, levando em conta somente o preço das ações no mercado e desconhecendo todo o conglomerado de negócios que era a Vale, assim como suas bilionárias reservas minerais (GODEIRO, p 95).

Apesar das irregularidades apontadas, A CVRD foi privatizada e apresentou recordes de lucros nos anos que se sucederam. Em 2002 o lucro líquido da Empresa foi de R\$ 2,043 bilhões, em 2003 foi de R\$ 4.509 bilhões, em 2004 o lucro foi de R\$ 6.460 bilhões. Nos anos seguintes os lucros continuaram subindo, em 2008 chegou a R\$ 21,3 bilhões, no ano de 2009, com a crise global teve seus lucros reduzidos pela metade, neste ano o lucro foi de R\$ 10,2 bilhões, mas em 2010 volta a subir para R\$ 30,1 bilhões, em 2011 o lucro é de R\$ 37,8 bilhões (Sousa, 2012).

Essa dinâmica de crescimento nos lucros, também se dá concomitante ao crescimento da Mineradora tanto no Pará, como no Brasil e no mundo. No ano de 2010 ela se apresenta da seguinte forma:

A Vale chegou ao final de 2010 caracterizada como uma empresa multinacional brasileira, exportadora de matéria-prima. Segunda maior empresa do Brasil, e a maior empresa em exportação, tendo superado a Petrobras, por dois anos seguidos; Suas ações são negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque, São Paulo, Hong Kong, etc; Tem uma composição acionária com ampla participação de capital estrangeiro; está presente em 38 países com a estratégia de garantir a descoberta ou a aquisição de novas reservas de matéria-prima, bem como de conquistar sempre mais mercado para os produtos de seu portfólio; tem a Ásia, mas sobretudo a China, como cliente principal; a exploração e comércio de minério de ferro representam 56,8% de suas operações e faturamento, se somado com as operações de pelotas(de ferro) 13,7% desse valor vai para 70,5% do seu faturamento total, o que determina a importância que tem o minério de ferro para a maior produtora mundial desse minério (Sousa, pg 115).

Tais reflexões nos mostram a impossibilidade de compreender efeitos locais, sem considerar uma análise dos movimentos globais de expansão das relações capitalistas de produção. Por isso, resgatando os conceitos de Estado, numa perspectiva de classe, é possível compreender o capitalismo como um modo de produção que se apropria do trabalho e produz uma sociedade estruturalmente desigual. Ao contrário do que propõe a ideologia do "progresso", a ocupação capitalista no sudeste paraense não conduziu a região ao "progresso integrador" proposto pela insígnia militar, mas produziram efeitos que desagregam e excluem, a exemplo da desintegração de diferentes formações sociais no sudeste paraense, que persistem nos dias atuais.

2.3 - O Estado e os Governos chamados Progressistas

Muito embora diversos autores caracterizem a era lulista, iniciada em 2003. seguida pelo atual governo de Dilma Roussef como neodesenvolvimentista pela maior atuação do Estado em políticas sociais e intervenção nos planejamentos de desenvolvimento econômico (ver Boito, 2012), partimos do pressuposto de que no caso do sudeste paraense, para não generalizar para a Amazônia, o Estado sempre manteve as rédeas sobre as prioridades dadas para a expansão do capital na região. Alves (2013) caracteriza essa relativa continuidade:

Na verdade, o Estado neoliberal no Brasil constituiu não apenas o sistema da dívida, salientado por Fatorelli, mas constituiu também, por exemplo, os parâmetros da gestão macroeconômica neoliberal da economia (o tripé constituído pelas metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário); ou ainda o sistema político e o cipoal de controle do gasto público (por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal); e o sistema das mídias hegemônicas — os meios de comunicação de massa, o oligopólio do quarto poder midiático que manipula a opinião pública. Eis, deste modo, os elementos compositivos do sistema intocável

de constrangimentos estruturais do Estado neoliberal. O Estado neoliberal ergueu-se sob a base oligárquico-autocrática da Estado político do capital herdado da ditadura civil-militar. Existe uma linha de continuidade do sistema de dominação burguesa oligárquico-autocrática instaurada pela ditadura-militar e o Estado neoliberal no Brasil, preservado pelos governos pós-neoliberais. (Alves, 2013, não paginado)

Gudynas (2013) indica essa continuidade pelo crescimento do extrativismo perpetrado pelos governos chamados progressistas na América Latina, que sucederam o período neoliberal. Retomaremos as reflexões do autor sobre os governos neoextrativistas na América Latina e nos atentaremos às posturas adotadas pelos sucessivos governos ditos progressistas em relação ao setor da mineração e da proposta de reformulação do Código de Mineração editada durante esses governos.

Gudynas(2013) propõe que para pensar uma redefinição do conceito de 'extrativismo', é necessário começar conhecendo alguns antecedentes chaves deste conceito:

Una redefinición del concepto de "extractivismo" debe comenzar por reconocer algunos antecedentes clave. Em efecto, los usos más conocidos de este término está nestrechamente asociados a dos tipos de actividades, la explotación minera y petrolera, y un destino específico, su exportación. El extractivismo entendido de esamanera incluiria algunas materias primas que eran exportadas sin procesar (venta de crudo), o conun procesamiento mínimo (como el que puede ser las e paracióndel mineral). Por lo tanto, cualquier nueva definición deberá contener buena parte de estos aspectos.(GUDYNAS, pg 2)

O conceito de 'extrativismo' é utilizado para explicar a extração de matéria prima em grande escala e com objetivo de exportação. O agronegócio também é explicado por este conceito. Gudynas (2013) também alerta que o termo é utilizado para fazer referência a outras práticas, como a coleta de frutos da floresta, extração de madeira para construção de casas nas comunidades rurais, captação de água, porém o que define o 'extrativismo' é a escala, a intensidade e o destino dessa matéria.

A su vez, el extractivismo es la exportación de recursos natural es si procesar o poco procesados, de donde se vuelve necesario precisar es a condición. Para ello se toma como marco de referencia el criterio de la División de Estadística de las Naciones Unidas (muy difundida en América Latina al ser utilizada por CEPAL). Por lo tanto, la condición de un procesamiento limitado o ausente se refiere al conjunto de los llamados "productos primarios", que incluy e productos alimenticios y animales vivos, bebidas y tabaco, materiales crudos no comestibles, combustibles, lubricantes, minerales y productos conexos, minerales no ferrosos, aceites, grasas y ceras de origen vegetal y animal. En varios de estos productos la situación es muy clara, aun que habrá otros donde serán necesarios estudios más

detallados para determinar si deben ser incluidos en la categoría de "recurso natural con escaso procesamiento (GUDYNAS, pg 4-5).

Atualmente na América Latina é possível visualizar duas formas de articular o 'extrativismo' com os modelos de desenvolvimento adotado pelos países. Uma forma é a do extrativismo clássico em que o Estado tem uma função secundária, fornecendo proteções aos investimentos e exportação a baixo custo tributário. Por sua vez, os benefícios viriam dos mecanismos do mercado, com a geração de emprego, e as exportações garantiria o desenvolvimento da economia. Os empreendimentos ficariam a cargo das empresas transnacionais (Gudynas, 2013). A outra forma é o 'neoextrativismo':

Neoextractivismo o nuevo extractivismo progresista, donde hay una mayor presencia del Estado de diversas maneras. En unos casos, las actividades extractivas son llevadas adelante por empresas estatales o mixtas; en otros casos, el nivel de las regalías y la imposición tributaria es más elevado; e incluso, hay mayores controles sobre la producción. Bajo esta modalidad, se entiende que los mayores beneficios no se lograrán por los simples mecanismos mercantiles, sino que es necesario contar con el concurso del Estado. Paralelamente, el extractivismo es justificado políticamente ante la opinión pública como necesario para el progreso, y en particular para captar mayores proporciones de riqueza, la que sería de vuelta a las ociedad mediante diversos programas sociales (Gudyna, p 8).

Os governos progressistas da América Latina realizaram modificações distintas nos setores extrativistas, entre os mais conhecidos estão os casos da Bolívia, Venezuela e Equador, com as reformas na extração de petróleo. Tais mudanças criaram expectativa em muitas organizações sociais de defesa da cidadania que acreditavam que essas modificações desencadeariam um processo de transformações profundas. O que aconteceu foi o contrário: os projetos extrativistas aumentaram, e com passivos sociais e ambientais cada vez mais sérios, sem avanço dos instrumentos de controle ambiental e consulta às populações.

O termo 'neoextrativismo' não implica dizer que não houve outras variedades de extrativismo que também tiveram uma presença marcante do Estado. O termo está vinculado a um debate atual que se torna urgente ir além das retóricas dos governos progressistas, para poder caracterizar ações concretas desses governos. Não há dúvidas que existem diferenças entre as práticas dos governos progressistas em relação aos seus antecessores, neoliberais e conservadores, mas o problema é que se manteve a atividade de extração com os altos impactos sociais e ambientais (Gudynas, 2013).

É neste contexto de ascensão de governos progressistas na América Latina que há também um crescimento da indústria extrativa. A produção mineral brasileira cresceu 550% entre os anos de 2001 e 2011. Essa elevação da produção representa uma alteração não só no PIB e na pauta exportadora, e sim uma reversão reprimarizante na estrutura produtiva brasileira (BITTECOURT, 2013).

As características do neoextrativismo apontadas por Gudynas, ganham visibilidade no Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030), apresentada pelo governo em 2011. Esse plano tem como objetivo orientar a formulação de políticas de médio e longo prazos que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável. Suas diretrizes são a governança pública, agregação de valor e adensamento de conhecimento, e a sustentabilidade (PNM-2030, p. 1).

A última diretriz aponta a:

Sustentabilidade como premissa, pelo incentivo a uma atividade mineral que propicie ganho líquido à geração presente, pela criação de novas oportunidades, e por um legado positivo às gerações futuras, pela manutenção da qualidade ambiental do território tanto durante a extração quanto no pós-fechamento das minas, inclusive propiciando a diversificação produtiva que as rendas mineiras possibilitam (PNM-2030, p 1)

A introdução do Plano apresenta de forma clara o discurso neoextrativista do desenvolvimento, geração de emprego e renda através da indústria extrativa mineral, colocando-a como fundamental para construção de um Brasil dito sustentável.

As previsões do PNM-2030 são preocupantes, pois se prevê um crescimento assustador para o setor. A título de exemplo utilizamos as previsões para a produção de minério de ferro, que entre 2008 a 2030 terá um crescimento previsto de 312%. Essa previsão é justificada pelo aumento da demanda por minérios, tanto no Brasil como no mundo. Para a Amazônia, o cenário é mais preocupante dado às intervenções que seriam realizadas na região e o aumento das tensões sobre assentamentos rurais, áreas de conservação e territórios indígenas.

A partir das previsões do PNM-2030, é possível visualizar dois problemas nessa estrutura que se apresenta: um é de caráter socioeconômico e o outro de caráter socioambiental e comunitário. O primeiro deles é que esse

processo de crescimento e os novos investimentos orientam a economia para a exportação e fazendo do território e da paisagem à semelhança dos interesses empresariais, subordinando os modos de vida locais aos padrões globais de acumulação capitalista atual (Bittecourt, 2013). O outro problema, o de caráter socioambiental e comunitário:

Outro aspecto está relacionado á dinâmica predatória que esta atividade impõe ao meio ambiente e às comunidades. Por definição, a atividade mineradora em grande escala é extensiva em sua apropriação da natureza e dos territórios. Essa apropriação com ampliação da atividade minerária também se expande e esboça um mapa nacional de conflitos por justiça socioambiental em todo o país. Em uma estrutura fundiária tão desigual como a nossa os efeitos dessa expansão são ainda mais perversos, onde por exemplo frágeis empreendimentos comunitários de agricultura assentamentos, áreas quilombolas são removidos do solo em nome do subsolo. Essa apropriação extensiva do território se exemplifica muito claramente na regulamentação da exploração minerária em Terras Indígenas e nos processos de flexibilização das regras para exploração mineral em Áreas de Preservação Ambiental (BITTENCOURT, 2013. p 05).

A proposta do novo Código de Mineração e o conjunto de leis que formam o seu marco legal surge para atender a essa necessidade de ampliação dos empreendimentos do setor, apresentado no PNM-2030. A proposta inicial é de 2013 e foi apresentada pelo Ministério de Minas e Energia, através da Equipe de Geologia e Mineração, encaminhado para o Congresso Nacional para ser votado em regime de urgência. É importante destacar que não se trata apenas da regulação de uma atividade econômica, o que está em jogo é a forma como o Brasil utiliza bens comuns de seu povo e da humanidade que não se renovarão e que têm estoque limitado (BITTECOURT, 2013).

As características *neoextrativista* continuam presentes na proposta do novo Código de Mineração, pois mesmo retomando a participação do Estado sobre a exploração dos minérios, não foi capaz de romper com as heranças patrimonialista e excludente do controle dos recursos naturais e a distribuição desigual dos impactos negativos da exploração desses recursos sobre populações historicamente vulnerabilizadas (MALERBA, 2013). E tem mais:

Em se tratando do novo marco regulatório, isso significa que ao criar mecanismos que assegurem o aumento no ritmo de exploração, o Estado, ainda que em nome da necessidade de gerar divisas que viabilizem políticas de redução da pobreza e desigualdade social,

impulsiona um processo de desposseção, muitas vezes autoritária e violenta, dos grupos sociais nos territórios. (p 12)

Milanez (2013) aponta quatro objetivos centrais da proposta do novo Código de Mineração apresentada pelo Ministério de Minas e Energia - MME: 1 - Ampliar e intensificar a exploração mineral no país; 2 - Aumentar a participação do Estado nos lucros da mineração; 3 - Promover a verticalização do setor com a instalação de indústrias de base; e 4 - Promover mitigações para os impactos gerados pela exploração mineral;

O primeiro objetivo é baseado na crítica feita pelo próprio MME sobre o sistema de emissão de autorização de lavra, que permite que pessoas ou empresa receba a concessão de exploração, mas não realize a extração. O objetivo é impor penalidades àqueles que possuírem e não realizarem a exploração.

O segundo objetivo é resultado de mobilização tanto do governo federal, quanto dos municípios que abrigam projetos de mineração, que observando a tendência de aumento de preços dos minérios, reivindicam maiores participações nos lucros por meio do pagamento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM ou *royaties* (Milanez, 2013). Esse objetivo merece uma discussão ampla levando-se em consideração as questões levantadas acima em relação à mineração e os impactos socioambientais.

O terceiro objetivo é detentor de uma complexidade que envolve questões nacionais e internacionais. O Governo apresenta esse objetivo com o argumento de agregar valor ao produto, aumentar a receita da exportação e gerar mais empregos. A questão é que há uma tendência, no mercado mundial, em concentrar as atividades mais poluentes e consumidoras de energia em países periféricos, ficando a cargo dos países centrais a parte 'limpa' do processo.

Esta situação sugere que o próprio mercado internacional irá orientar a verticalização e agregação de valor do setor metalúrgico brasileiro, permitindo a produção de bens semiacabados, mas inibindo a fabricação de produtos finais. Adotando uma visão de médio e longo prazo, a industrialização até a etapa de semiacabados não supera as limitações identificadas para a extração mineral e pode trazer uma série de consequências indesejáveis, do ponto de vista econômico. Os produtos semiacabados ainda possuem um valor mais baixo em relação aos produtos mais nobres tem seu preço bastante

Outra questão são os impactos socioambientais gerados por essa atividade siderúrgica; exemplo disso são as produtoras de ferro gusa ao longo da Estrada de Ferro Carajás que têm produzido poluição sonora, do ar e das águas, o que dificulta a vida das populações que residem próximas a esses projetos, como é o caso da Vila Piquiá de Baixo, no município de Açailândia/Maranhão, que vive sob uma permanente chuva de fuligem decorrente do peneiramento do minério de ferro. A esse respeito pode-se afirmar que graves doenças respiratórias vêm ocorrendo devido à exposição e respiração dessa fumaça entre os moradores da vila (Justiça nos Trilhos).

O quarto objetivo, sobre as mitigações dos impactos da mineração, apresentam uma série de medidas que são consideradas insuficientes para que se tenha uma atividade de exploração mineral sustentável, pois não possibilitam o envolvimento e participação das populações locais no debate e decisões a respeito da pertinência da implantação dos projetos, bem como na fiscalização dos impactos produzidos por esses projetos. A questão é relacionada à medidas que possibilitem a coexistência de atividades econômicas e sociais existentes no território em que são instalados os projetos (Milanez, 2013).

A proposta e a forma como foi elaborada o Projeto de Lei 5.807/13, apresentado em 18 de junho de 2013, como regime de urgência, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, foi alvo de diversas críticas tanto de pesquisadores quanto de organizações não governamentais, sindicatos, populações atingidas pela mineração, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e movimentos sociais do campo e da cidade que reivindicavam o direito de discutir o projeto. A maior expressão dessa crítica foi a articulação que fundou o *Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente á Mineração*. O Comitê é formado por pelo menos 104 organizações e reivindica sete pontos principais, conforme documento de 29 de maio de 2013:

1 - Democracia e transparência na formulação e aplicação da política mineral brasileira: Considera que a mineração diz respeito à toda sociedade brasileira, dado às interferências nos modos de vida e bens comuns de comunidades e grupos, urbanos e rurais. Portanto, a modificação do Marco

Legal e suas diretrizes não devem ser definidas sem um amplo debate prévio e contínuo, com a sociedade.

- 2 Direito de consulta, consentimento e veto das comunidades locais afetadas pelas atividades mineradoras: A implantação de empreendimentos minerários, dada por uma crescente demanda, impactam centenas de comunidades e biomas. A proposta do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração CNDTFM é de criar processos de consulta prévia, deliberativa, livre e informada, junto às comunidades que seriam impactadas pelos empreendimentos extrativos, para decidir sobre a implantação ou não do projeto. No caso de implantação, participação na discussão na escolha de alternativas técnicas e locacionais menos impactantes, bem como das condicionantes.
- 3 Definição de taxa e ritmos de extração: A proposta visa impor aos empreendimentos, após estudos das reservas e diálogo com populações atingidas, taxas de extração das minas que trataria da quantidade de minério que poderia ser retirada sem que levasse à sua exaustão. O ritmo seria a forma e o tempo que seria realizada a extração. A proposta é uma tentativa de retirar da lógica do mercado o ritmo e taxa das extrações minerais de modo que garanta o recurso para as gerações atuais e futuras.
- 4 Delimitação e respeito a áreas livres de mineração: A mineração tem causado graves impactos sobre as populações e ecossistemas. A proposta consiste em considerar os diferentes usos dos territórios e proteger bacias de captação de água locais de importância histórica, florestas primárias, para que se defina as áreas que podem ser mineradas, as que podem ser mineradas com restrições e as que não poderiam ser mineradas em hipótese alguma.
- 5 Controle dos danos ambientais e estabelecimento de Planos de Fechamento de Minas com contingenciamento de recursos: O abandono de minas e cavas tem se tornado comum no Brasil, geralmente são justificadas por falência quando se aproxima a exaustão da reserva mineral. O Comitê propõe que seja exigido um Plano de Fechamento de Mina para liberação do projeto e contenção de recursos especiais desde o início das operações para essa finalidade. A outra proposta é que o empreendedor disponibilize recurso para que as populações atingidas pudessem monitorar permanentemente os impactos.

- 6 Respeito e proteção aos direitos dos trabalhadores: Com a expansão da mineração no Brasil, um problema que aumentaria é o impacto sobre a vida e a saúde do trabalhador do setor. Entendendo que se trata de uma atividade alto risco, o Comitê propõe uma que o novo Código de Mineração aborde a questão do direito dos trabalhadores e que contribua com a construção de uma legislação trabalhista específica para o setor. Uma legislação que incentive a construção de organização nos locais de trabalho, que adote a convenção 158 da OIT, que desvincule a política salarial e de benefícios das metas de produção e uma fiscalização séria com punição exemplar às empresas que descumprirem as normas de segurança.
- 7 Garantia de que a Mineração em Terras indígenas respeite a Convenção 169 da OIT e esteja subordinado à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas: Tramita no Congresso um Projeto de Lei, o PL 1610/96, que propõe a regulamentação da mineração em Terras Indígenas, porém é uma abertura pouco criteriosa e retira das comunidades indígenas o poder de decidir se aceita ou não o empreendimento em suas terras. O Comitê defende que a regulamentação da mineração em Terras Indígenas deve ser subordinada à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e da regulamentação da Convenção 169 da OIT no Brasil.

A proposta do Novo Código de Mineração está sendo reformulada, por uma Comissão Parlamentar que tem como relator, o Deputado Federal Leonardo Quintão, do PMDB/MG. O regime de urgência para votação foi retirado do Projeto e segue sendo reformulado desde o ano de 2014.

Em suma, desde tempos remotos, os estudos de viabilidade econômica para a implantação do PGC na região indicaram a presença de grandes volumes minerários e para que a extração se viabilizasse, se forjou, com apelos ilusórios de acesso à terra, uma chamada a *Canãa*, em seu sentido bíblico, como a terra prometida por Deus ao seu povo. Vários autores, entre os quais destacamos Hébette (2004) em sua volumosa obra, evidenciam o contingente de homens sem terras que chegaram à região, atraídos pela falsa promessa de uma reforma agrária que nunca se concretizou. Constituiu-se assim a segunda condição de viabilidade econômica: força de trabalho abundante e com pouco a exigir em termos salariais. Estabeleceu-se assim,

em todos os sentidos subvencionada pelo Estado, as estratégias empresariais de apropriação dos recursos minerários nessa região.

A partir de tais premissas, consideramos o Estado como instituição organizadora dos interesses particulares da classe dominante. A exploração capitalista requer um poder de dominação permanente dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários. Tal poder econômico sustenta-se politicamente no aparato institucional-legal de coerção/repressão e consenso ideológico - que constitui a instância estatal. A volumosa obra de Hébete (op.cit.) é rica em detalhes sobre as ações do Estado em atrair, submeter, reprimir, expulsar e proletarizar tanto as comunidades originárias, como a camponesa que aqui se constituiu. Não se considerou as movimentações das populações atingidas, condição que insistimos, perpassou os diferentes governos "democráticos" e persiste até hoje.

Nessa perspectiva, trazemos a seguir, como estudo de caso, o Município de Canãa de Carajás, como um pequeno universo da intensa movimentação do capital nessa região e as enormes contradições que provoca.

Capítulo 3 – Dos assentamentos para a mineração/ S11D e os impactos atuais.

3.1 – O Campesinato: concepções teóricas

As contradições, frutos do processo de mineração, têm desestruturado as relações camponesas do município de Canaã dos Carajás. O capital minerário, voltado para a expansão do capitalismo mundial, altera relações sociais e impõe uma forma de sociabilidade que se torna predominante diante das diversas outras formas de vida constituídas pelas populações do campo e da cidade. Os projetos de mineração não são implantados em um espaço vazio, e sim em espaços ocupados por fazendeiros, camponeses e indígenas. Porém, neste projeto de pesquisa nos deteremos à problemática relacionada à produção camponesa. Para tanto, nos convém conceituar o que chamamos de camponês.

Shanin (1980) chama atenção para a necessidade de conceituar o camponês de acordo com o seu momento histórico e sua estrutura societária, por entender que o campesinato é um mundo diferente com características próprias, inclusive entre si. Conceituar a especificidade camponesa é admitir a complexidade e os graus de ambivalência que o conceito comporta.

Após os anos 1970, a tradição teórica, que não iremos retomar ao todo neste trabalho, se projeta em torno do debate sobre se o campesinato constituía-se enquanto uma classe e, caso fosse considerada uma classe, se se tratava de uma classe 'em si' ou 'para si'. Outro segmento sustentava a hipótese de que se tratava de uma categoria social de uma parte da sociedade com resistência à modernidade ou, em perspectiva contrária, possuía uma racionalidade econômica que repudiava as tecnologias não apropriadas. Ainda se especulava se, como classe, o campesinato pertencia a outro modo de produção, como o feudalismo, ou se por sua existência no capitalismo, era concebido como capitalista. E por fim, se esse grupo social constituía um modo de produção ou somente era uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Estas são as considerações de Guzman & Molina (2013), que reconhecem o campesinato como:

Uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agrossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um

conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim graus de 'camponesidade' (no original: grados de campesinidad) (GUZMAN&MOLINA, 2013 p 76).

Considerando os cuidados apontados tanto por Shanin (1980) quanto por Guzman & Molina (2013) em relação à conceituação do campesinato, é possível apontar que as condições de produção camponesa 'guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou recrutamento de mão de obra familiar' (Goddi & Menezes & Marin, 2009 p10).

Goddi & Menezes & Marin (op.cit.) chamam atenção para a infinidade de arranjos e possibilidades vivenciadas, mesmo em grupos pequenos, que se evidenciam só no avançar de pesquisas e reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa. Cada vez mais se consolidam a importância e amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinho e tantos outros. Considerando esse caráter heterogêneo, apresentam um mosaico do que consideram como condição camponesa:

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeira de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pastos até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; quilombolas, e parcela dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos e reforma agrária (GODDI & MENEZES & MARIN, 2009 p 11).

Gerandi & Salamoni (2014) alertam que esses diversos arranjos e possibilidades vivenciadas pelos camponeses, em alguns casos, se expandiram inter-relacionados aos complexos agroindustriais, cooperativas ou redes de comercialização, subordinados a insumos, créditos ou fornecimento de matéria prima, que levou a transformação dos camponeses em produtores tecnologicamente modernos, mas sem perder a sua condição de produtores familiares.

Porém a despeito de qualquer transformação que possa ter havido nas unidades produtivas, as questão do caráter familiar do trabalho permanece no contexto do setor agrário atual, mantendo, inclusive, determinadas modalidades de trabalho autônomas (artesanato rural, comércio em feiras, prestações de serviços, entre outras) que nada mais são do que estratégias internas do grupo familiar para permanecer como agentes ativos nos circuitos da economia (GERANDI & SALAMONI, 2014 p 174 – 175).

Hebette (2004) em sua vasta produção sobre o campesinato no sudeste paraense trata das dificuldades cotidianas vivenciadas pelos camponeses e suas lutas pela posse e permanência na terra, do combate contra o latifúndio e grandes projetos almejados pelo Estado e o capital.

O importante é o impacto global e permanente que se dá pelo encontro e pelo confronto de formas de organização de vida social - encontro esse fundamentalmente conflitivo, e até antagônico. A reunião dos camponeses numa comunidade rural não é uma reunião passageira em torno de um acontecimento qualquer, que possa ser dissolvida sem maior consequência. É uma reunião em torno de uma forma de organizar a sua produção, em torno de um modo comum de se relacionar com recursos naturais e de explorá-los por meio de seu trabalho...(HEBETTE, 2004. pg 152).

3.2 - Capital X Camponeses: Concepções teóricas

Marx (2013), nos ajuda a compreender como esses conflitos no campo e a consequente expulsão das populações camponesas se constitui como fundamentais para o processo de acumulação em curso na região de Carajás, com a superexploração da natureza e da força de trabalho, sobretudo na formação/manutenção de um exército industrial de reserva.

(...) se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado (p.707).

Esse exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa, é formado, na região, não só por populações expulsas do campo, mas por populações de outras regiões, principalmente do nordeste brasileiro, atraídas pelas propagandas de fartura de empregos. Podemos salientar que essas

populações também já vêm de regiões tensionadas pela concentração da terra ou castigadas pelas grandes secas e falta de empregos.

Para Marx (op.cit.), o exército industrial de reserva tem ligação direta com o valor do salário, pois com o aumento da superpopulação há uma pressão sobre os trabalhadores empregados que se submetem ao sobretrabalho através das horas extras e a intensidade de trabalho porque estão permanentemente ameaçados de demissão.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo em que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital (p.712).

Marx (2013) define a superpopulação em três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. A flutuante seria a superpopulação de trabalhadores que ora são repelidos, ora são atraídos para os centros das indústrias modernas (fábricas, minas, etc.). São proletarizados e por algum motivo não estão assumindo nenhum posto de trabalho formal. A superpopulação latente seria as populações que ainda não foram proletarizada, como os camponeses, produtores pequeno-burgueses, profissionais liberais, etc. Essa superpopulação, em extrema necessidade seria empurrada para a proletarização. Aqui nos chama atenção para a situação dos camponeses:

Uma parte da população rural, se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis à essa metamorfose(...)Essa fonte da superpolulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo (MARX, p. 717-8).

A superpopulação estagnada seria formada pelas pessoas que vivem num estado de pauperismo sem precedente como os mendigos, alcoólatras, delinquentes e prostitutas, em suma o lumpemproletariado propriamente dito.

Diante deste quadro, Harvey (2013) afirma:

A administração da oferta de trabalho se torna crucial, o interesse da classe capitalista é administrar a oferta de trabalho para criar e perpetuar um exército de reserva (numa combinação flutuante e

latente) e assim manter salários baixos, ameaçar os empregados com demissões eminentes, dispersar a organização de trabalho e aumentar a intensidade de trabalho dos que continuam empregados. (p 270).

Seguindo essa lógica de raciocínio, da importância da superpopulação para a acumulação de capital, Fontes (2010) elabora teoria sobre a contemporaneidade das expropriações, as quais qualificam como primárias e secundárias:

A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo (...) (p 44).

O autor afirma que analisando as expropriações isoladas não é possível compreender o capitalismo, mas desconsiderando-as ou tornando-as algo simplório não há como entender a dinâmica do capital. As expropriações nem sempre são obras a favor do capital, podem decorrer de situações naturais, como cataclismos, ou de conflitos que não dizem respeito ao capitalismo, como os tribais. 'Em alguns casos, as expropriações não se convertem em capital (isto é, na exploração do trabalho vivo dos expropriados pelos recursos sociais concentrado dos acaparadores), limitando-se a rapinas variadas (FONTES, 2010 p.44).

O tema das 'expropriações' tem sido relegado à condição de 'acumulação primitiva'. Assunto elaborado por Marx (2013) em que demonstra o princípio da criação das relações de produção capitalista, baseado no processo de separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização de seu trabalho. Tal processo transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital e converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Esta forma de acumulação é chamada de primitiva por se tratar da pré-história do capital e do capitalismo.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes

pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013. pg 787).

Vale ressaltar que assim como as 'expropriações', a 'acumulação primitiva' foi um processo marcado por violência e fraudes:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção. Ela aparece como 'primitiva' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013. pg 786)

Este tema das semelhanças entre a 'acumulação primitiva' e as 'expropriações' tem provocado exaustivos debates teóricos na contemporaneidade, Fontes (2010) faz suas considerações sobre as expropriações:

Menos, portanto, que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensas e exasperada disponibilidade ao mercado. Em que pesem as intervenções de neoconservadores ou de pósmodernos, que consideram terminada a época do 'trabalho', a velocidade e extensão das expropriações dizem o contrário. Essa nova escala de disponibilização de trabalhadores, entretanto, modificou o conjunto do processo de trabalho no mundo, e o fez de maneira profundamente desigual, porém sob a égide concertada e combinada da grande propriedade concentrada (p 47).

As expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e ilimitadas, mesmo que coloque em risco a existência humana. As expropriações primárias seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incidindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre a terra (FONTES, 2010 p 48). As expropriações secundárias atuam sobre os conhecimentos, sobre a biodiversidade, sobre as técnicas diversas, desde as formas de cultivo até o tratamento de saúde utilizada por povos tradicionais.

No caso de Canaã dos Carajás, as expropriações primárias têm ocorrido com frequência na implantação dos projetos de mineração da

empresa VALE S.A. São camponeses expropriados de suas terras ou que as têm alagadas ou contaminadas por resíduos levados pelo vento devido às explosões nas minas de extração de minério, trepidação, poluição das águas e a sedução de jovens camponeses expropriados para doar-se a exploração da sua força de trabalho pelas empresas mineradoras.

3.3 – Capital x camponeses: o caso de Canaã dos Carajás

Nessa seção analisaremos a relação entre mineração e campesinato a partir de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE sobre a produção agrícola camponesa e de entrevistas com representantes da Associação de Moradores da Vila Bom Jesus, Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Ouro Verde — CEDERE III, Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Feitosa, Secretaria de Produção e Desenvolvimento Rural — SEPROD do município de Canaã dos Carajás, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás.

Os dados foram coletados no site do IBGE sobre a produção agrícola das lavouras permanentes e temporárias entre os anos de 2004 e 2012. O site não disponibiliza os dados dos anos anteriores, o que seria necessário para analisarmos um pouco mais de informações sobre a relação entre a mineração e a produção agrícola camponesa, pois foi no ano de 2004 que se iniciou a operação do Projeto Sossego. Os impactos da implantação desse projeto sobre a produção agrícola não estão presentes neste recorte apresentado pelo IBGE. Mas as informações que temos são sintomáticas dessa relação entre mineração e campesinato.

O campesinato em Canaã dos Carajás é formado, principalmente, por goianos e maranhenses, na sua maioria trazida de seus estados de origem, na década de 1980, pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT, para formar um cinturão de proteção em torno de 411.000 hectares de terras pretendidas pela mineradora na Serra dos Carajás (CEPASP, 2010), área que constituía o já citado Projeto de Assentamento Carajás I, II e III. Nesse período, apesar das dificuldades com

a estrada, transporte e assistência técnica, as famílias de agricultores produziam quase tudo, conforme nos relata Augusto Carlos:

Quando a gente vei pra cá, a gente vei pra... pra desbravar, né? Pra derrubar, formar. Nós trabaiô um período aqui foi um grande celeiro de produção mesmo, de feijão, milho, arroz e banana, era as cultura que mais tinha, muita gente tinha bananal, saia muitos caminhão de banana, só que a banana, aí foi aos pouco isso foi, foi mudando aquela cultura porque os bananal da beirada da estrada foi acabando e banana no fundo dos lote as pessoas num plantava porque era difícil acesso, o caminhão tinha que entrar, então continuou a questão da produção de milho, feijão, arroz mais pouco, mas o campeão aqui mesmo era o feijão, nós produzia muito feijão.(Augusto Carlos)

Além das relações de parentesco e compadrio, comuns em comunidades camponesas, em Canaã dos Carajás também havia uma relação de ajuda mútua que acontecia na forma de troca de dias de serviços ou quando algum problema de saúde impossibilitava o trabalho da família no lote. A fala de Pixilinga, Presidente do STTR de Canaã dos Carajás, ilustra o período:

A gente tinha aquele trabalho de troca de dia, tinha aquela forma de dizer assim: - rapaz, o cumpadi fulano tá doente lá na VS tal e a roça dele tá lá, a gente precisa dá uma ajuda pra ele. Então a gente ajuntava aquele horror de colono, uns quinze vinte homem, e chegava lá, falava com a patroa: - Dona como é que tá? [E ela falava:] - não tá doente, tá aí no fundo da rede. Aí nós juntava aquela cambada de homem, se era pra limpar um feijão, era rapidinho; se era pra arrancar, nós arrancava, se era pra quebrar um milho, nós quebrava, era rapidinho, era um dia de serviço e nós deixava tudo prontinho. E hoje a gente num vê isso mais aqui em Canaã dos Carajás.(Pixilinga)

Em outro trecho Pixilinga ilustra como acontecia a troca de dias de trabalho e a relação com o mercado, em que predominava a comercialização da produção excedente como estratégia de sobrevivência e aquisição dos produtos que os camponeses não produziam em suas propriedades:

Quando a gente fazia nossas roças, muitas vezes a pessoa num tinha dinheiro pra pagar aquele diarista, pagar aquele caboco pra ajudar, mas era feito na troca de dia, eu me dava bem com aquele vizim alí, então a gente combinava, ele vinha e me ajudava três dias e eu ia e ajudava ele três dias, e era assim, a gente fazia esse trabalho dessa maneira. Mas praticamente a gente quase num tinha aquele contato de dizer assim, eu vendi cem saco de feijão, eu vendi cinquenta saco de milho, porque todo mundo tinha. Por exemplo, lá em casa, numa área tipo essa daqui, eu amontoava quarenta a cinquenta saco de arroz e deixava lá amontoadim, quando eu ia pra rua, eu levava dois ou três, ai vendia e comprava o café, o açúcar, o óleo, o básico. O porco tava no chiqueiro aí pra fazer a banha, e assim a gente ia levando. (Pixilinga)

Nos últimos anos da década de 1990, essa produção campesina começa a ser modificada com a introdução da criação de gado, mas sem

deixar de lado, a produção agrícola, mesmo que para consumo familiar e comercialização do excedente. Esse campesinato foi se aproximando cada vez mais da pecuária, impacto das relações de mercado na região que antecedeu a mineração com um papel significativo na renda das famílias e na economia do município.

(...) mas aí foi mudando, as pessoas foi formando as terra, derrubava, plantava a roça e plantava capim, aí ela foi se transformando, as terra mudando de produção de grão pra pecuária, isso no período, quando foi no meado do ano 2000 já tava concretizado que o nosso forte já era a pecuária e hoje permanece ainda, continua ainda até hoje, o forte nosso hoje da zona rural hoje é a pecuária, é o gado de leite e corte, é o que predomina aqui a região, a zona rural nossa aqui é o gado, de leite e corte. (Augusto Carlos)

A pecuária se mostrou mais vantajosa para o camponês em Canaã do Carajás, pois o trabalho na criação de gado é menos penoso que o da agricultura, os preços estabelecidos para produtos agrícolas são considerados muito baixos e os projetos para a criação de gado tinham maiores probabilidades de serem aprovados e financiados pelos bancos do que os projetos agrícolas.

Agora porque que esses produtores deixaram de produzir? O produtor hoje, em função de toda aquela situação que no início que ele teve a questão do leite, que ele teve um momento bom pra ele, então ele continuou criando, vendendo animais, bezerro, essas coisa toda, leite tudo, então ele num se interessou mais em fazer roça. Por causa de que? Porque não se tinha mais condição por causa de preço, a CONAB não tava pagando bem, se for pegar o preço oficial da compra do governo, é baixíssimo. Então não compensava, compensava mais ele ficar com o gado dele lá e fazer a venda desses animais e o leite ficava mais só mesmo pra consumo ou vender pouca coisa aqui na feira. Mas porque ele tem financiamento, ele pega financiamento, ele compra gado e tudo, então ele deixou de plantar.(Raimundo)

A pressão exercida pelas fazendas vizinhas ao Assentamento Carajás II também incentivou a mudança na matriz produtiva desse campesinato. Essa pressão acontecia, principalmente, nos alugueis de pastos. Como alguns fazendeiros já não tinham espaço em suas fazendas, a saída era alugar o pasto dos camponeses, pagando uma remuneração mensal em dinheiro ou realizando a partilha de meia, onde o acerto se dava pela divisão dos animais que viessem a nascer após o acordo.

A criação de gado se torna, dessa forma, a atividade predominante no município, tanto na produção de leite como da carne, aos poucos determinando

os costumes, as vestimentas, a música e evidentemente as relações comerciais:

"a nossa moeda aqui era arroba de gado, de boi: se quem tinha, anunciava era em arroba de boi, de vaca, bezerro, negociava coisa, comprava coisa no comércio, comprava carro, assim de segunda mão, você trocava tudo em arroba, falava em arroba, quase num falava em dinheiro que era na época daquela inflação também, falava em arroba, '- é tantas arroba!', era uma moeda forte, nossa aqui."(Augusto Carlos)

A chegada da mineração imprime outro ritmo para o município, sobretudo na implantação do Projeto Sossego, da mineradora Vale, no início dos anos 2000, embora a mineração já estivesse presente na região desde a década de 1970 com as pesquisas minerais. Na implantação do Projeto Sossego iniciam-se as transformações na vida dos camponeses, principalmente com as expropriações que impactavam tanto quem saía do lote como quem permanecia.

Olha, essa do Sossego, ela tem uma problemática muito séria, o Sossego foi implantado em cima de um projeto de assentamento, tirou ali várias e várias famílias, essa associação, ela foi criada e abrangia a área do Sossego, com vários associados, então ela vai e desapropria a área desse pessoal, dos agricultores, não procura sindicato, não procura associação, nem a Emater, que a empresa que dá assistência técnica pra nós, nem a secretaria de agricultura, então desapropriaram esse pessoal aí, e deixaram um dívida pra trás, então isso é uma das coisas que mais tem dado dor de cabeça pra nós, ela desapropriou e num pagou a conta, e aí o agricultor taí hoje com o nome no Serasa, no SPC, no Cadim, e a dívida tá cada vez mais subindo.(Pixilinga)

O deslocamento compulsório de camponeses, para implantação do Projeto Sossego, provocou uma dívida impagável de associações de trabalhadores rurais com os Bancos, pois isso ocorreu no momento em que os camponeses haviam recebido empréstimos no banco, via projetos avalizado pela associação, e investido no seu lote. A dívida não paga pelos trabalhadores que negociaram seus lotes com a empresa implicou a inclusão do CNPJ da associação e do CPF dos associados na lista dos órgãos de proteção ao crédito. Os impactos mais amplos deste período já foram mencionados no primeiro capítulo desse trabalho, aqui daremos ênfase aos impactos sobre a produção camponesa.

Atualmente esses camponeses têm uma produção agropecuária diversificada, com plantios e criação de pequenos, médios e grandes animais.

O Diagnóstico Rural Municipal (DRM) – 2013, elaborado pela Secretaria de Produção e Desenvolvimento Rural de Canaã dos Carajás, aponta que a principal produção agropecuária camponesa é de criação de peixes, aves, porco, carneiro e gado, sendo o último considerado o mais importante, pois 98% das famílias entrevistadas possuem um pequeno rebanho, sobretudo para comercialização do leite. O relatório destaca a utilização de pouca tecnologia na criação do gado e a reprodução é realizada a partir da monta natural.

O curioso é que apesar do peso que a criação de gado teve no município, poucos avanços ocorreram na utilização de outras tecnologias como a inseminação artificial e o melhoramento genético dos rebanhos. Por outro lado, a mineradora Vale apresenta, no seu projeto que está em implantação - o Projeto Ferro Carajás S11D, para extração de minério de ferro - a utilização de tecnologia de ponta, como é o caso do sistema *truckless*. A tecnologia consiste na utilização de correias transportadora ao invés dos caminhões fora de estrada e foram desenvolvidas por equipes de engenharia do Brasil, Canadá e Austrália, com frequentes subsídios do Estado.

Aldeci, presidente de associação de camponeses, fala sobre a tamanha contradição e propõe:

A gente já até tentou discutir com o poder público, esse leite é tirado aqui, coloca num caminhão e daqui vai pra Redenção, industrializa lá, então a gente gostaria que ele fosse industrializado aqui, pra gerar mais emprego, gerar mais renda, agregar mais valor, mas ainda num há o interesse de fazer com que tenha um melhoramento genético, não há política pública de melhoramento genético, cada agricultor, se quiser, faz sozinho a sua política. Não há uma política pública em transformar nos seus derivados e colocar na merenda escolar. Então há pequenas coisas que se fizessem, fortalecia muito a agricultura e melhoraria a nossa região, e ainda não estão sendo feitas.(Aldeci)

Assim, na mesma medida em que a VALE, com apoio do Estado, amplia a utilização de terras que poderiam produzir alimentos, o camponês, sem apoio, continua utilizando a mesma tecnologia de trinta anos atrás, que consiste basicamente na sua força física e algumas ferramentas. A Prefeitura fornece algumas horas de máquina para preparar a terra para plantar, mas só atende a poucas famílias camponesas da imensa quantidade que demandam do serviço. Essa perspectiva nos indica a necessidade de, num outro momento, refletir sobre o papel da Ciência e da Tecnologia e as políticas de Estado que as implementam.

Dados do IBGE definem a produção camponesa para comercialização, de banana e maracujá, como lavouras permanentes e abacaxi, arroz, mandioca, milho e melancia enquanto culturas temporárias. Os dados disponibilizados pelo IBGE são referentes a produtos destinados a comercialização, mas é comum o cultivo do pomar ao redor das residências dos camponeses, conhecidos como plantios de quintais, em que se pode encontrar laranja, limão, mamão, coco, goiaba, cacau, manga, cupuaçu, açaí, café, pimenta, hortaliças, plantas medicinais, entre outros.

O Diagnóstico Rural Municipal – 2013, nos fala um pouco mais desse campesinato e de suas dificuldades. Uma delas é a participação dos filhos adultos dos camponeses nas atividades de produção na terra: na média, apenas 15,19% dos filhos trabalham com os pais. E destes, 55,10% não tem interesse em continuar nessa atividade. As famílias têm em média de quatro a cinco filhos. O êxodo rural da juventude não só dificulta a reprodução destas famílias camponesas no município, como pode colocar em risco a reprodução camponesa como um todo.

Pesquisa realizada por Teixeira (2006), sobre a interferência da mineração industrial em projetos de assentamentos rurais de Parauapebas-PA- identificou que apenas 11,82% dos filhos de entrevistados viviam nos lotes. O pesquisador aponta esses dados como um indicador de alto grau de instabilidade dos assentamentos já que em contato com o trabalho na cidade, alternativas de formação e sobrevivência demonstram incompatibilidade com a manutenção do direito na terra. Augusto Carlos ilustra essa realidade:

O nosso campo, a nossa zona rural tá esvaziada de jovem, os nosso jovem aqui tudo, hoje, o pensamento é trabalhar na Vale, o forte deles hoje é se formar e trabalhar na Vale, dificilmente você chega numa propriedade e encontra lá os jovens trabalhando, mais é as pessoas mais de idade que tá lá no campo ainda. (Augusto Carlos)

A mineração imprime outra configuração no município, além da predominância na economia, também desarticula as relações de produção que ali existia. Se a agricultura e a criação de gado eram determinantes nas relações entre as gerações camponesas, a mineração é que agora assume esse papel que vai desde a expropriação e proletarização da juventude camponesa até a dominação ideológica:

Hoje em dia pra gente tirar eles de lá, precisa apresentar muita coisa boa, pra poder ele vim. Isso aí num vem fácil hoje não, porque hoje em dia eles estão enxergando outra coisa, eles tão enxergando ser aí um funcionário da Vale, ser outra coisa hoje. A gente aqui já perdemos até o crédito de a gente dizer assim: '-rapaz, vamo fazer um curso pra tu ser aí um agrônomo, tu ser um veterinário. Num querem mais nem vê falar nisso aqui não! Tirou o povo desse foco, enquanto em outros estados o foco ainda é esse (Chico do Campo).

O trabalho na mineradora pode ser atrativo por parecer menos penoso, compensatório e mais seguro em relação à garantia do recebimento de remuneração em dinheiro de forma mensal. Mas a realidade apresentada pelos entrevistados releva uma situação que necessita uma investigação aprofundada sobre as denúncias aqui tratadas. Essas acusações versam sobre o adoecimento desses jovens camponeses que deixam o campo para trabalharem na mineração, em consequência da intensa jornada de trabalho que são submetidos e a mudança nos hábitos.

Mas tem outro detalhe que tá acontecendo agora, com a questão do tempo que o Sossego aconteceu, 2004(...) Esse jovens que foram pra lá com seus vinte, dezoitos anos, já tão com vinte e oito ano, com trinta anos, hoje esse jovem já tá voltando, tá saindo da empresa e com dificuldade de trabalhar, tá saindo doente, tá saindo muitas vezes e a Vale bota logo pro INSS, por causa justamente daquela exploração que a mineração tem em cima do funcionário, e ele é reflexo disso. Então hoje diz: - ah que meu filho vai trabalhar e vai voltar. Vai voltar, mas num vai voltar uma pessoa sadia, vai voltar doente, seja por questão de coluna, por que o cara trabalha muito com operação de máquina, é questão de coração, é questão de depressão, é isso aí. (...) Então são jovens que tão doentes. Até porque esses meninos não são valorizados pela empresa, eles ficam ali o tempo todo fazendo a mesma coisa. Tu num vê o cara dizer: olha tem um supervisor aqui da região. Os caras vêm de fora. Então essa mão de obra barata que eles encontraram aqui, pra eles foi uma boa. (Raimundo)

O presidente do sindicato arrisca um palpite sobre a causa dos problemas de saúde desses jovens camponeses proletarizados:

Esse pessoal que trabalha na mineração, quando ele sai, ele sai é doente. (...) Eu creio que é porque o sistema nosso é que nós temos que almoçar, jantar, dormir e no outro dia começar a luta da mesma forma, então o nosso intestino tá preparado pra esse sistema. Quando você vai mudar o sistema daquela alimentação no seu intestino, praticamente a coisa fica diferente, porque você uma hora tá de manhã, outra hora tá de tarde, outra hora tá meio dia, outra hora tá de noite, eu sempre coloco pra ele assim, que ele num tinha isso, aquilo ali com certeza é alimentação, eu acho que meia noite, uma hora da manhã é hora de você tá dormindo, não de você tá comendo, e meio dia é a hora de se almoçar, pegar aquele alimento bacana ali

quentinho e você tá é dormindo, vai almoçar é três horas da tarde, quatro hora.(Pixilinga)

Pixilinga ainda explica como se deu o processo de proletarização da prole camponesa e a forma autoritária com que foram implantados os projetos de mineração e o descaso com o campesinato no município.

Porque que eles estão lá na mineradora, porque que eles estão lá na terceirizada? É porque não teve um trabalho voltado pra agricultura, pra manter aquela cultura, pra manter o filho daquele produtor ali, na luta do dia a dia mais o pai, mais a família, num teve. Então hoje, o que eles questionam é isso, que nós perdemos a nossa cultura, que a gente hoje aqui num produz mais, mas é porque não houve acompanhamento. Chegou a mineração aqui? Chegou. Então o quê que a gente vai fazer com os nossos agricultor, hoje? Pra que esse agricultor num vá ser um batedor de lavanca num caminhão lá dentro da mineração, pra que esse filho desse agricultor não saia daqui pra ir cavar vala lá dentro da mineração. Que tem agricultor hoje aqui que deixa de ser patrão pra ser empregado, então a coisa reverteu um bocado.(Pixilinga)

Se em Canaã do Carajás a prole camponesa demonstra pouco interesse em permanecer na terra, os pais, ao contrário, mostram o inverso, e 85,65% dos entrevistados no DRM-2013 afirmaram que não tinham interesse em sair da terra. O Diagnóstico revela que a população camponesa é de baixa escolaridade; 82,38% dos entrevistados declararam ser analfabetos ou ter apenas o ensino fundamental incompleto.

É importante observarmos as informações do IBGE sobre a lavoura em Canaã dos Carajás para ilustrar o processo de expropriação que o campesinato tem vivenciado no munícipio, vejamos os dados da área plantada no período de 2004 a 2012.

Tabela 7: área plantada no município de Canaã dos Carajás por hectare/ano

Tipo de lavoura	2004	2008	2012	
Permanente	565	520	710	Hectare
Temporária	2.890	1.437	1.941	Hectare

Fonte IBGE, organizado pelo autor.

Os dados apontam para o aumento da área plantada de lavoura permanente, porém como veremos adiante há uma queda na diversidade das culturas cultivadas. A lavoura temporária sofre uma queda de quase 1000 hectares plantados, entre 2004 e 2012, mas apresenta um aumento se comparado com 2008.

Essa queda na área plantada pode ser causada pelo avanço da pecuária, como afirma Augusto Carlos, quando fala sobre a mudança na produção camponesa no munícipio, que teve maior influência a pecuária. Mas o mesmo entrevistado também chama atenção para aquisição de terras por parte da mineradora Vale.

Voltando, uma coisa que mudou muito a nossa pecuária e também a nossa produção, é justamente a implantação dos projetos, a Vale adquiriu muita terra produtiva pra implantação dos projetos, na implantação do Sossego, ela adquiriu muita área. A Vale teve com um projeto muito avançado que é aqui do Níquel do Vermelho que fica ao lado da cidade aqui, na implantação, na época da implantação que eles ia implantar o Níquel do Vermelho, eles desapropriou muita gente, comprou muita terra aqui no entorno e agora com a implantação do S11D também desapropriaram alguns produtores, algumas pessoas que era uma área produtiva e que essa área num tá mais produzindo e tá incluído na área de reserva da Vale.(Augusto Carlos)

Vejamos o impacto dessas expropriações sobre a lavoura permanente. A lavoura permanente são as culturas de longa duração e não necessita de um novo plantio após a colheita: os citrus, banana, coco, café, cacau... Lembrando que os dados do IBGE tratam da produção que foi comercializada.

Tabela 8: Lavoura Permanente no município de Canaã dos Carajás

	2004	2008	2012	
Banana	5000	5625	8750	Tonelada
Café	66	-	-	Tonelada
Coco da baía	1500	750	-	Mil frutos
Pimenta do reino	25	16	-	Tonelada
Maracujá	-	-	100	Tonelada

Dados IBGE, organizado pelo autor

Os dados apresentam um crescimento da produção de banana em mais de 50%, mas em contrapartida deixa de produzir o café, coco da baía e pimenta do reino. O que mais chama atenção é a plantação de coco da baía que reduz drasticamente pela metade e depois desaparece. O maracujá é introduzido na produção a partir de 2012.

As lavouras temporárias são aquelas que têm curta duração e que necessitam ser plantadas após cada safra, como é o caso do arroz, feijão, mandioca, milho...

Tabela 09: Lavoura Temporária no município de Canaã dos Carajás

	2004	2012	
Abacaxi	204	245	Tonelada
Arroz	1.035	168	Tonelada
Feijão	42	-	Tonelada
Mandioca	5.400	2.700	Tonelada
Milho	6.673	3.400	Tonelada
Melancia	-	375	Tonelada

Dados IBGE, organizado pelo autor

Os alimentos que fazem parte da dieta alimentar tanto dos camponeses, quanto da população do sudeste paraense, estão deixando de ser produzidos em Canaã dos Carajás, como é o caso do arroz, feijão, mandioca e o milho. Todos esses alimentos apresentam queda significativa na produção, o feijão chega a desaparecer dos dados de 2012. O arroz tem uma queda de 1.035 toneladas em 2004 para 168 toneladas em 2012. Esse quadro aponta para uma possível crise alimentar na região, em que os alimentos básicos da dieta alimentar não mais são produzidos no município, força a importação dos mesmos, o que encarece o produto e eleva o custo de vida no município.

Essa produção acabou justamente por causa da saída desses produtores dessas áreas. Porque a maioria desses produtores que saíram, eram produtores que plantava a sua lavoura. O cara que por exemplo, planta um alqueire de milho, então ele deixou de plantar e isso vai influenciar nos dados. E ela foi muito significativa, até por causa da questão, daqui da cidade, especulativa imobiliária. Então era mais fácil ele investi aqui do que lá na terra dele. E muitas vezes ele largou a propriedade dele na especulação de que a Vale poderia comprar a terra dele, então não investiu mais na propriedade dele, num quis fazer mais roça, num quis fazer nada.(...) Até hoje se for lá vê, tem área que o produtor não tá mais investindo, tá esperando vê, será que a Vale vai comprar minha terra? Então tem muito isso. E as [lavouras] permanentes, que na época não tinha e que foram financiadas com coco, cupuaçu, com maracujá, citrus, elas também desapareceram em função justamente disso. Mas hoje há uma tendência, principalmente da fruticultura voltar novamente (Raimundo).

A consequência dessas intervenções sobre a produção camponesa é a importação de alimentos, mesmo os que são produzidos no município não conseguem suprir a necessidade da população crescente. E o que é produzido, é beneficiado fora do município, como é o caso do leite que vai para os grandes laticínios.

A preocupação nossa é isso, porque a verdura vem quase toda de Anápolis[GO], o abacaxi vem de Floresta [do Araguaia-PA], a melancia vem do Tocantins, e nós tamo numa produção altamente produtiva, então falta sentar, ter humildade de pegar os produtores, o poder público, alguma empresa interessada e sentar e discutir isso. Num é pro Prefeito dá dinheiro pra gente, é pra gente ver as responsabilidades, porque alguma coisa tá errada, a média do leite é baixa, você pode melhorar ela, melhorando o gado geneticamente, a região produz de tudo, se plantar, dá, e tá comprando de Anápolis, de Floresta, de outra região, aqui se pode industrializar, porque se tem uma grande mineradora, pode se ter outras indústrias, você pode transformar esse leite aqui e tá transformando em Redenção, ou seja, alguma coisa precisa ser feito (Aldaci).

Na fala dos camponeses é possível perceber que, de alguma forma, eles já perceberam que há uma prioridade para a mineração e que a consequência disso é a queda na produção e na política voltada para a pecuária. Os camponeses não se opõem à atividade de exploração mineral, pelo contrário, imaginam uma realidade em que seja possível a convivência entre os dois setores.

Essa nossa região é muito rica, mas falta investimento pra poder acontecer. Só que hoje num acontece mais nada, porque os governantes num quer. Eu sempre falo assim, aqui a gente mexe é com ferro, ninguém mexe mais com arroz, com feijão, mexe é com ferro. Tá todo mundo ligado é ali, enquanto a gente não come ferro, a gente come é feijão, é arroz (Chico do Campo).

Esse ponto de vista reforçado por Aldaci:

Embora que o minério tá dando uma renda grande, mas aqui, antes de se descobrir o minério, era só agricultura, não se pensava em outra coisa. Agora só porque a gente achou um bolo bacana aqui, a gente num precisa mais da goiaba, num precisa mais de outra coisa?(Aldaci).

A infraestrutura de implantação dos projetos de mineração tem proporcionado melhorias para algumas famílias camponesas, no que tange ao transporte, energia e comunicação, mas por outro lado, essa infraestrutura também proporcionou um aumento nos preços das terras no município. Essa valorização tem levado camponeses a vender suas terras e procurar outro tipo de investimento na cidade, sobretudo no setor imobiliário.

Uma das coisas que desincentiva o produtor é o valor da terra muito alto, e o que a terra produz, num compete com o que ela vale. Vamo supor: um alqueire de terra aqui, cem mil reais,(...) o que que vai plantar nesse alqueire de terra que vai gerar esse cem mil reais? Parece que a maioria fica esperando é preço.(...) E você vê aqui, cem mil reais, o produtor aqui mal tá fazendo pra comer.[risos](José Ataide)

O alto valor da terra, no campo e na cidade, somados à falta de incentivo para a produção, interferências de linhões de energia e estrada, perturbações provocadas pela mina, idade avançada dos camponeses e a ausência dos filhos, tem gerado um fenômeno que estes estão chamando de chacreamento:

Se você for ver hoje aqui tem outra modalidade que tá acontecendo, que é do produtor, se ele num tá vendendo pra Vale ou se acha que a Vale não vai ficar mais na propriedade dele, ele tá tornando ela em chácaras, tá chacreando em pequenas parcelas, e essas pessoas que estão comprando, elas não tão produzindo, elas querem é vim lá de Parauapebas ou daqui e passar um final de semana, não tem aquele sentimento de produzir, de fazer algo que produza, até porque é uma terra pequena que é inviável pra se fazer uma produção (Raimundo).



Imagem 2: Placas de chácaras a venda. Fotos: Thiago Cruz e Cleydson Trindade

Os camponeses de Canaã dos Carajás já tiveram uma organização forte e conseguiam se articular com outras organizações camponesas através dos congressos e encontros promovidos por suas entidades de base, principalmente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará-FETAGRI, na qual o Sindicado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR é afiliado. Essas organizações eram cooperativas, associações e o STTR, porém, após a chegada da mineradora e o processo de expropriação, essas organizações começaram a ser desarticuladas e, algumas delas, se mostram com dificuldades até em articular sua base.

Foi exatamente a implantação desses projetos, o impacto que foi causado nas propriedades desses produtores, ou seja, quando esses produtores tavam bem articulados e que eles poderiam fazer uma discussão muito boa, a Vale desarticulou esse pessoal. Desarticulou de que forma? Não tendo respeito pela organização, tanto é que quando foi pra indenizar, não se procurava a associação, não se procurava o sindicato, ela vinha com que ela achava que tinha que vim e tirava o caboco pra fora. Então isso já foi um ponto. Os produtores que estavam na linha de frente dessa batalha, entraram nesse esquema aí, e deixaram os outros companheiros pra trás (Raimundo-Emater).

O cenário apresentado para o campesinato é preocupante, pois em paralelo ao anúncio de quatro projetos de exploração mineral no município – Sossego, Projeto Ferro Carajás S11D, Níquel do Vermelho e 118 - e a ocorrência de diversas pesquisas de viabilidade econômica para exploração mineral sempre sendo realizadas por várias empresas, incide, também, a implantação de linhões de transmissão de energia elétrica e a construção do ramal ferroviário para escoar o minério do projeto S11D. Para os camponeses que ainda resistem em suas terras, se torna uma eterna perturbação e ameaça de expropriação, até mesmo para aqueles que já foram expropriados e adquiriram outras terras dentro do município de Canaã.

No caso eu sou um, porque minha terra lá, é onde o INCRA me deu, terra muito boa, meu lote é um lote quadrado, eu num tinha perturbação(...)mas devido ele ser um lote de minério, muito cheio de filão, segundo os pessoal que fizeram pesquisa, e ela me perturbava, era furando, entrando, fazendo picada, passando com máquina pra furar, e eu cheguei ao ponto de um dia eu me zangar e fechei a porteira, com isso eles vieram me propor de eu vender(...) E eles me colocaram uma proposta depois de três ou quatro meses, e me tiraram de lá e me colocaram nesse daqui. Eu vim pra cá, mas ainda continua a perturbação, porque chegaram outro dia alí atrás me pediram autorização pra medir pra fazer nova picada.(...)Então a gente tem a nossa propriedade, mas não podemos governar, ele chegam e entra, agora mesmo passou duas linhas de transmissão, e agora tá previsto passar mais duas, aí eu vejo o seguinte, o que vai sobrar pra mim trabalhar, debaixo de uma linha dessa, eu num posso plantar um pé de manga, num posso plantar um pé de goiaba, e a proposta deles é mixaria, num compensa, e essa que vai vim aí é maior, então assim, a gente não consegue manter firme o que a gente tem (Pixilinga).

Os valores oferecidos como pagamento da terra, nas negociações com a mineradora, no momento podem até parecer vantajosos, mas não é o que tem acontecido como resultado. Muitos dos camponeses que foram expropriados e saíram do município, por vários motivos não conseguiram adquirir outra terra, e retornaram para o município em péssimas condições de

vida, e hoje, para sobreviverem, se tornaram funcionários da prefeitura como agentes de portaria e na limpeza pública.

(...) e esses produtores que saíram, que se afastaram daqui da nossa área, que a Vale comprou, eles estão retornando, mas não consegue comprar nem um lote urbano aqui dentro da cidade. Qual o outro caminho que eles têm? Se empregar na prefeitura. Hoje maioria deles são vigilantes da prefeitura, trabalham como vigia na prefeitura (Raimundo).

A implantação dos projetos de mineração da Vale provoca muitos impactos nas populações camponesas no município de Canaã, mas também causa problemas na cidade, sobretudo com a chegada de trabalhadores (as) à procura de emprego nas obras dos projetos. Na grande maioria são pessoas que também sofreram processo de expropriação e proletarização em outras partes do país. Conforme sugere José Ataíde:

Quantos mil pessoas num veio de outros estados pra trabalhar aqui na mineração? E num sabe fazer outra coisa, a não ser cavocar um buraco, fazer um mei fio, ele num é motorista de caminhão, ele num é um engenheiro, ou de ônibus ou de uma coisa assim, ele tá ali trabalhando no serviço braçal(...) eles veio da agricultura, de qualquer outro estado que ele veio ai(...) Acho que nada, nada uns cinquenta por cento desse povo, que tá aí em torno da Vale, num sabe fazer outra coisa não a num ser um serviço braçal não. E tem visto muito aí, quando eles vai fichar o povo, você chega naqueles escritórios tem gente, quais um quilometro de fila, você olha e você conhece no rosto das pessoa, é tudo pessoa simples, pessoa que véve dos braços mesmo, num tem profissão, num tem estudo.(José Ataíde)

O futuro do campesinato em Canaã dos Carajás ainda é incerto, os entrevistados se impressionam com o processo de expropriação vivenciado e se preocupam com o possível fim dos camponeses no município. E ainda mais, com o futuro pós-mineração, as previsões para o município são ainda piores:

Se a mineração se afastar hoje de Canaã, nós temos um município muito ruim, porque ele num tem assim um projeto que sustente ele em nada, num tem uma indústria de nada, os agricultor num tem assim uma produção que segure eles ali, eles num tem um alqueire de mandioca pra dizer: 'se por acaso num der certo ali, eu tenho aqui esse alqueire de mandioca, eu tenho um plantio de coco, eu tenho um plantio de manga'; porque isso tudo hoje é vendável e nada disso tem. Mas tá faltando as autoridades entrar. As autoridades aqui do nosso município num é focado nisso, é focado em mineração também. O negócio dela é mina e largando isso aqui que é o que vem sustentar a gente.

Ainda sobre a organização social e as populações atingidas pelos grandes projetos na Amazônia, Hebette (2004) afirma:

Na verdade, é uma organização social que é atingida, um ambiente de vida onde a população tinha lentamente desenvolvido seus laços de parentesco, de amizade e vizinhança, plantado seus pomares, criado suas escolas, suas áreas de lazer, seus centros de cultos. É tudo isso que é destruído e que deveria, pelo menos, ser restituído nas mesmas condições...(HEBETTE, 2004. pg 151).

Segundo Hebette(2004), isso ocorre porque o capital não entende a linguagem das relações primárias, sua racionalidade é de lucro, de produtividade, do tempo de trabalho. É predominante a linguagem das relações mercantis, por isso o diálogo entre as partes (capital e camponeses) se torna inviável.

À medida que os interesses da empresa mineradora e sua linguagem vvão prevalecendo diante dos interesses e costumes dos camponeses, a força do Capital vai impondo sua lógica a fim de desestruturar a realidade até então predominante na economia e no modo de vida das populações para estruturar outra realidade, a da mineração. Isto se transforma em uma ideologia que ajuda na predominância da mineração sobre a agricultura camponesa.

Embora não tenha aparecido nas falas citadas dos camponeses, em alguns relatos eles falam que "em Canaã a cidade cresce de forma absurda enquanto o campo encolhe". Encolhem as terras sob o domínio dos camponeses e agricultáveis, encolhe a população, encolhem as políticas públicas e encolhe a produção. Mas, mesmo assim, as famílias que resistiram e ainda estão na terra lutam para não serem engolidos pelas mineradoras.

3.4. Resistência Camponesa

O cenário no município de Canaã dos Carajás não se apresenta favorável para o campesinato, são diversos problemas enfrentados, além da redução permanente do número de famílias como também a drástica redução em território. A lógica do capital, imposta através da mineração, é que tem prevalecido. Mas o campesinato tem mostrado resistência de diversas formas à lógica perversa imposta pela mineradora Vale, através de ações individuais, coletivas e pelas organizações populares. Traçaremos aqui alguns exemplos dessa resistência.

3.4.1 - Resistências individuais

Muitas famílias que têm como prioridade permanecer na terra, além de persistirem nos lotes tentando manter suas criações, plantações e outras produções, têm reagido com outras iniciativas que vão contra a lógica imposta pela empresa mineradora. Um exemplo é o da família chefiada por Raimundo Mendes, o Sr. Piranha, como é popularmente conhecido, que em 2012, cansada dos constantes assédios, por parte da mineradora Vale para comprar sua terra, reagiu fixando em frente sua propriedade uma faixa com os seguintes dizeres: 'Esta terra não é para vender'.



Foto 2: Faixa fixada por família camponesa contra assedio da Vale - Foto: Thiago Cruz

Segundo o Sr. Piranha, ele já havia, incansavelmente, repetido essa frase para os funcionários da mineradora, mas não foi o suficiente para que cessassem com as propostas. Após a fixação da faixa, repetiram as corriqueiras.

Num sei quantas vezes foi. Primeiro mediram. Depois que mediram, chegava os caba naquele golzinho branco, perguntava pelo Sr. Raimundo, e dizia: - vim aqui comprar sua terra. E eu dizia que num tinha terra pra vender não, eu tinha terra pra morar, aqui é o meu sossego, pra mim ficar o resto da vida aqui(...) Depois nós coloquemo aquela placa aqui, quando a placa tava ali, ele cansou de parar alí e filmava, tirava foto.(...) Aí depois que eu coloquei a placa eles num vieram mais não, num mexeram mais comigo não (Sr. Piranha).

Sr. Piranha também relata sobre as inúmeras vezes que impediu o trânsito de veículos da empresa ou a serviço desta na vicinal que mora, a via

secundária 45, para reclamar da poeira ou excesso de velocidade, que entendia como desaforo ou agressão aos seus direitos, e quem sabe para forçá-los a desistirem da localidade. E fala sobre a possibilidade de deixar o lote:

E pra mim sair daqui? só se chegar aqui e tocar fogo, aí eu posso sair, mas ao contrário disso aí, eu num saiu fácil não. Por isso aqui eu brigo até muitas horas, enquanto Deus me der saúde e vida eu defendo o meu pedacinho de terra. É pequeno, mas é bom, tô sossegado.(Sr. Piranha)

3.4.2 – Resistência Coletiva

Outro exemplo da resistência camponesa em Canaã dos Carajás é o caso emblemático da Vila Mozartinopolis, popularmente conhecida como vila Racha Placa. A vila Mozartinópolis, foi criada no inicio da década de 1980 por posseiros que chegaram para aquela região em busca de terras. A vila fica próxima ao limite da Floresta Nacional de Carajás.

Devido as fortes reivindicações dos moradores da vila junto aos órgãos públicos foram implantadas diversas infraestruturas que chegaram a contar com uma escola onde funcionava o ensino fundamental e o médio, um posto de saúde, um posto da ADEPARÁ, energia elétrica, e água encanada para todas as 120 residências, proveniente da serra Sul, por declividade.

Desde o ano de 2008, quando a Vale iniciou seus estudos para implantação do Projeto Ferro Carajás S11D as famílias da vila passaram a ser ameaçadas de remoção pela empresa. A Vale enviou para a Vila uma empresa contratada, a DIAGONAL Urbana, para fazer o cadastro das famílias para fins de desapropriação, porque por ali passaria o ramal ferroviário que teria inicio na Estrada de Ferro Carajás e o final na pera ferroviária do Projeto Ferro Carajás S11D.

As famílias foram informadas de que a partir do momento em que fossem feitos os seus cadastros as mesmas não poderiam mais efetuar qualquer serviço de ampliação e melhoria de suas propriedades, pois em pouco tempo a Vale iria indenizar a todos porque iria precisar da área da vila.

Foram dois anos de muitas visitas da Vale e da DIAGONAL na vila, efetuando e atualizando cadastros, mas nenhuma negociação, apenas ameaças e desestruturação das pessoas, que passaram a viver sob o medo e incertezas.

A partir do ano de 2010 a empresa começou a comprar propriedades de fazendeiros no entorno da vila, com a seguinte condição: caso a pessoa tivesse casa na vila, deveria incluí-la na negociação e ser imediatamente destruída logo que concluído o acordo. Foi o suficiente para inicio de desestruturação da vila.

Muitas famílias que viviam de trabalhar nas áreas dos fazendeiros ficaram sem trabalho e sem renda, com isto o comércio local também foi desmontado, assim como as linhas de ônibus para a sede do município de Canaã dos Carajás e para o município vizinho, Xinguara.

A vila ficou sem serviço de saúde, sem o posto da ADEPARÁ, sem o ensino médio, sem as casas comerciais, por terem entrado em falência, com a precária linha de ônibus, e com muita gente passando fome e sem alternativa.

Reis (2014) descreve o processo de resistência desencadeado pelas famílias que ficaram na Vila. Essa resistência inicia com reuniões entre moradores, STTR de Canãa dos Carajás, CPT e CEPASP. A partir daí são organizadas as pautas de reivindicação e articulação com outras vilas no município que também são atingidas pela mineradora Vale. Uma comissão de representantes das famílias também participa de encontros de atingidos pela mineração que envolve os estado do Pará e Maranhão, para entender como tratar com a Vale. Denúncias a nível nacional, ações diretas com interdição por três vezes de estrada usada pela empresa e uma marcha pelas ruas da sede do município foram utilizadas como estratégia de resistência.



Foto 3: Manifestação das Famílias da Vila Mozartinópolis impedindo o acesso às obras do Projeto Ferro Carajás S11D. Foto: Arquivo CEPASP

O processo de resistência desencadeado pelas famílias da Vila Mozartinópolis possibilitou assegurar um acordo para assentamento de 50 famílias que viviam do trabalho diretamente na terra e que tinham interesse em adquirir uma terra para dar continuidade em suas vidas no campo; o pagamento em forma indenização para as famílias que não quisessem ficar na terra e inclusão de vários casos de famílias que a Mineradora teria desconsiderado. Quase todos os acordos estão sendo concluídos. A empresa comprou uma área para as 50 famílias e, junto com o INCRA, está sendo criado um projeto de assentamento, com direito a 25 hectares por família, todo cercado com arame, com estradas internas, energia elétrica, instalação hidráulica e poço para captação de água, escola e posto de saúde em uma vila que fica a 2 Km do assentamento. O próximo passo é assinar um convênio com a empresa para garantir assistência técnica e condições para desenvolver a produção.

3.4.3 – Resistência e articulações entre organizações

Outra perspectiva mais ampla de resistência camponesa está acontecendo por parte das organizações representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Canaã dos Carajás. No mês de março deste ano, durante o SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás junto com as

associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município, apresentaram para as autoridades municipais e estaduais presentes um documento intitulado PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICIPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS.

Consideramos o documento com um todo em forma de resistir, contextualizando, tratando das causas da situação e formalizando propostas para resolver os problemas apresentados, com obrigações a serem assumidas pelo poder público municipal, órgãos estaduais e federais e pela empresa Vale.

As organizações tratam do histórico da implantação do Projeto de Assentamento Carajás II na década de 1980, as dificuldades enfrentadas no período e da resistência das famílias:

As famílias de agricultores do município de Canaã dos Carajás, na sua maioria estão na região desde a década de 1980, assentadas no Projeto de assentamento Carajás II e III. Enfrentaram as grandes dificuldades por falta de estradas, transportes, serviços de atendimento à saúde, educação, apoio para produção e assistência técnica.

Mas mesmos assim não desistiram, aqui desenvolveram as famílias, transformaram as áreas de florestas em áreas de produção agrícola e em áreas de pastagens para criação de gado, porque era o que o momento dava oportunidade e condições, para quem só tinha a coragem e o desejo de se desenvolver e aqui permanecer.

Mais a diante falam das causas, das quais citaremos algumas:

Os jovens abandonaram o campo, em busca de estudos, emprego na cidade e/ou na Vale e empreiteiras da Vale, com isto a cidade cresce de forma absurda enquanto o campo encolhe; A falta de regularização fundiária; Muitas áreas tornadas improdutivas pelo alagamento constante provocado pelo projeto Sossêgo, da Vale; Necessidade de recuperação de estradas com construção de pontes; Falta de logística para escoar a produção e comercializar; Dificuldades colocadas pelo Banco da Amazônia para ter acesso ao crédito rural. Os projetos tem que serem encaminhados para Belém para serem analisados. Os poucos aprovados demoram muito tempo. Tem projeto encaminhado desde agosto do ano de 2013 e até agora não foi analisado; A atuação da Vale de forma isolada junto a grupos de famílias com a disponibilização de equipamentos, construção de galinheiros e outras iniciativa, atrapalha profundamente a implantação de uma politica agrícola no município;

E para finalizar apresentam quatorze propostas, entre as quais citaremos algumas:

- 1. Que a Vale dê explicação sobre: a) a situação das famílias que tiveram suas áreas atingidas pelo alagamento causado pelo projeto Sossêgo; b) como vai resolver a dívida que a APRODUZ tem junto ao Banco da Amazônia, que a associação ficou sem condições de pagar porque a empresa comprou os lotes dos associados.; c) como vai resolver a situação das família que ficaram isoladas na vila Serra Dourada;
- 2. Que a Vale no sentido de compensar o seu passivo ambiental e social para com o município de Canaã dos Carajás venha a alocar recursos para o desenvolvimento de unidades produtivas das familias e fortalecimento das associações, no melhoramento de suas estruturas físicas e administrativas. Que estas iniciativas não continue sendo de forma isolada mas sim com participação da associação de agricultores da comunidade e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás;
- Que o Banco da Amazônia implante, mesmo que seja em Parauapebas, uma estrutura que tenha capacidade para cobrir a demanda para recebimento, análise e financiamentos dos projetos apresentados;
- Que a Vale se responsabilize pala recuperação das estradas e construção das pontes necessárias, até porque quase todas as estradas são usadas pela empresa;
- Que sejam implantadas unidades agroindustriais, por comunidade, para transformação, embalagem e conservação de derivados e de leite e frutas, fortalecendo a parceria com a Comunidade Solidária;
- 6. Que seja contatado três equipes técnicas, composta, cada uma, por dois técnicos agropecuários e Um(uma) da área social, para elaborarem projetos específicos por áreas, que sugerimos dividir em três regiões, assim formadas: 1) Vila Bom Jesus, VS 45, VS 44A e VP 12; 2) Vila Ouro Verde, Vila Feitosa, VP 20, Serra Grande, VS 48 e VS 47; 3) Marajaí, VS 54, VS 58, VE 3, VS 53 e PA Maria de Lourdes.

Essa articulação pode ser o início do fortalecimento das organizações camponesas e do processo de resistência amplo e consistente estabelecido entre elas e a comunidade camponesa. Não se trata de uma família, uma organização ou uma vila se posicionando e propondo políticas, mas o conjunto dessas organizações, famílias e vilas.

As várias formas de resistência que podemos visualizar em Canaã dos Carajás se dão pelo apego dos camponeses à terra; apesar de todos os problemas e expropriações ainda teimam em fincar o pé na terra e se negam a se submeter à logica do capital para continuarem sendo donos do seu trabalho e de sua liberdade.

Considerações Finais

Investigar os impactos da mineração sobre a produção agrícola camponesa em Canaã dos Carajás é dar largos passos para o entendimento desse novo período na história da Amazônia. Entendo que o objeto pesquisado representa apenas um minúsculo espaço desse universo, mas que as práticas adotadas no município têm se reproduzido, com outras roupagens e contextos, em outras partes, tanto do Brasil, da América Latina, da África e da Ásia.

O Capital e sua dinâmica, em qualquer parte do mundo, estão sempre em busca de sua reprodução e renovação para que se garanta continuamente a existência da acumulação econômica a partir dos lucros gerados pelo uso intensivo dos recursos naturais e da força de trabalho, da espoliação e expropriação, proporcionando enormes prejuízos para as populações. Mas a dinâmica do Capital não teria tanta eficácia se não tivesse a força do Estado, disponibilizando seu aparato político, jurídico e militar, como indutor e protetor da acumulação.

Constantemente o Estado está alterando ou deixando de cumprir as legislações ambientais e trabalhistas com iniciativas chamadas de flexibilização. Amparadas por estas flexibilizações as empresas diminuem seus gastos e se acham no direito de destruir todos os bens naturais e populações, considerados como entraves para a implantação de seus projetos. Em 2008 a Vale exerceu forte pressão junto ao CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente para alteração da Lei de Cavernas, para possibilitar a implantação do projeto S11D. Nos municípios de Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte a Vale destruiu as vilas Sossêgo, Serrra Dourada, Racha Placa e os Projetos de Assentamento Carajás II, Tucumã e Campos Altos.

O papel assumido pelo Estado tem sido fundamental para atendimento das necessidades de expansão da acumulação capitalista na Amazônia, com ênfase para o período do governo da ditadura civil-militar (1964-1985), seguido de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os doze anos do governo do PT (2003-2014). Tiveram prioridades a implantação de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos e aeroportos), pesquisas minerais, projetos agroindustriais, com financiamentos e incentivos fiscais em abundância. Em

dados momentos o Estado assume a realização das atividades, em outros ganham ênfase as privatizações e em outros são priorizadas as parcerias público privada, uma forma de transformar o que é público em direito privado.

No sudeste do Pará o Estado exerce uma grande intervenção para favorecer a expansão da acumulação capitalista a partir da exploração mineral. Considerando a grande importância da província mineral de Carajás o Estado se manifesta com a construção de rodovias, ferrovia, hidrelétrica, e programa de suporte financeiro, político e jurídico, o Programa Grande Carajás.

Se no passado o Estado teve um papel fundamental no financiamento, incentivos fiscais, na construção de infraestrutura de geração de energia e transporte, para a penetração do capital no sudeste paraense e na Amazônia, na atualidade mantem garantido o financiamento, principalmente por meio do BNDES, com projetos de construção de infraestrutura para geração de energia, como o caso das Hidrelétricas de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, e Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. A infraestrutura de transporte e comunicação também continua na agenda estatal.

A expansão do capital tem se dirigido, para além dos territórios indígenas e camponeses, aos espaços protegidos pela legislação ambiental e de defesa do patrimônio histórico, com grande prejuízo para a humanidade, como é o caso de avanço sobre as cavernas de relevância máxima, lagoas e vegetação endêmica. Esse avanço tem sido possível através de constantes intervenções do setor privado para modificações na legislação no sentido de liberação das áreas para exploração mineral. A título de exemplo, podemos citar as modificações da legislação de proteção às cavernas que possibilitou aprovação da Licença de Implantação do Projeto Ferro Carajás S11D.

A prioridade dada aos produtos transformados em *comoditties*, sobretudo o minério de ferro, é notória nos últimos governos, que têm fortalecidos a economia nacional pela exportação de produtos minerais. A exportação de minérios ocupa o segundo lugar nas exportações brasileiras, perdendo apenas para a produção de grãos. O minério de ferro de Carajás representou, segundo o IBRAM, 29% das exportações do minério de ferro do Brasil em 2014. A tendência tem sido cada vez mais a reprimarização da economia. No entanto, esse grande fluxo econômico traduzido pelo incessante

aumento do Produto Interno Bruto-PIB, não se traduz em melhoria de vida para as populações impactadas.

Enquanto a prioridade são as comoditties, o Estado tem demonstrado pouco interesse em resolver os problemas causados a partir da produção dessas mercadorias, como é o caso dos impactos causados em Canaã dos Carajás. Os órgãos estatais que além de terem seus poderes e atribuições reduzidas, ainda se ausentam em discutir os problemas gerados pela exploração mineral em áreas de suas jurisdições. A título de exemplo citamos o INCRA, que não tem se manifestado em relação à comercialização de terras destinadas à reforma agrária no município.

Os interesses do governo brasileiro, demonstrados através do Plano Nacional de Mineração – 2030 apontam para um aumento acelerado da exploração mineral, o que poderá representar a exaustão de minérios fundamentais que compõem a riqueza nacional e que são estratégicos para a soberania de uma nação. A situação é preocupante, pois retira o direito de futuras gerações usufruírem desses bens minerais e poderá inviabilizar a produção de alimentos na região, devido o elevado índice de poluição que o solo e as águas, poderão vir a sofrer.

A proposta do Novo Código de Mineração, apresentado e encaminhado para votação no Congresso Nacional pelo Ministério de Minas e Energia no ano de 2013, tem se apresentado como retrocesso em relação ao Código atual, criado pela Ditadura Militar em 1967, pois trata os minerais apenas do ponto de vista econômico e não se posiciona em relação às populações impactadas, os cuidados ao meio ambiente, nem sobre as questões trabalhistas, pois além dos impactos socioambientais, a atividade de exploração mineral amarga os piores índices de morte, mutilação e adoecimento de trabalhadores.

Em Canaã dos Carajás a mineração impõe a sua lógica, em que a prioridade é a extração mineral em detrimento das demais atividades desenvolvidas no município que ficam em segundo plano. A expropriação de famílias camponesas tem sido a ordem do dia e acontecem de diversas formas, interferindo na organização, produção e, consequentemente, na reprodução dessas famílias.

A implantação de projetos de mineração, a construção de rodovia, ferrovia ou linhas de transmissão provocam novas expropriações e colocam o

campesinato de Canaã dos Carajás em permanente tensão: são constantemente ameaçados de serem empurrados para a zona urbana, considerando a dificuldade em encontrar outra terra nas mesmas condições que a sua e, até mesmo, dada a idade avançada da maioria das pessoas, que as impossibilita ao trabalho com afinco em um novo lote.

As expropriações feitas pela mineradora Vale em Canaã dos Carajás apresentam facetas perniciosas para a produção camponesa. Porque a família camponesa que deixa o lote, não só deixa de produzir, como isso implica na produção das famílias que permanecem. Essas expropriações deixam um imenso espaço vazio entre um lote e outro, provocando isolamentos de unidades camponesas que têm enfrentado dificuldades no escoamento da produção, no acesso das crianças à escola, na comunicação, segurança e nas relações entre famílias.

As famílias que ficam isoladas não podem mais contar com o carro que transporta o leite, pois a pequena produção daquela vicinal não compensa financeiramente para o proprietário do veículo ir buscar esse leite no final da estrada. A escola, com a drástica redução do número de estudantes, é fechada ou o ônibus escolar não entra pra pegar os poucos estudantes porque a estrada é precária. O mesmo destino, de parar a circulação, tem os donos de veículos de transporte de passageiros, como van, micro-ônibus ou ônibus, que deixam de circular devido a redução do número de passageiros. Para sair do isolamento, as famílias negociam a terra com a mineradora pelo preço que ela impõe, já que tem poucas condições de resistência.

Outra faceta das expropriações tem sido a atração de jovens camponeses para o trabalho na mineradora Vale ou em suas empreiteiras. Tal situação, em vários casos, tem contribuído para a desestruturação do trabalho no campo, porque faz a família, ou a maioria, se mudar para a cidade para poder ficar mais perto dos filhos e também por busca de melhores condições de qualificação para a prole que ainda não está no mercado de trabalho. A proletarização de jovens camponeses tem colocado em cheque o futuro do campesinato em Canaã dos Carajás, pois apesar da resistência dos pais em permanecerem nas terras, não haverá continuidade se a opção dos filhos for pela cidade.

Além da continuidade do campesinato no município, ameaçado pela proletarização de jovens camponeses, as condições e jornada de trabalho em que são submetidos têm provocado graves problemas de saúde nessa juventude, mesmo que resolvam voltar para o trabalho na terra, junto com a família, terão poucas condições físicas para exercerem tais atividades. Os impactos das condições e jornadas de trabalho sobre a saúde dos(as) trabalhadores(as) da mineração na região de Carajás merecem melhores investigações por parte das organizações dos trabalhadores e órgãos de defesa dos direitos trabalhistas. Achamos pertinentes aqui destacar por ter relações com a reprodução camponesa no universo pesquisado.

Canaã dos Carajás demonstra a farsa que é a política nacional de reforma agrária pela ausência dos órgãos que deveriam prestar assistência técnica, de assistência à saúde e educação, a falta de investimentos em tecnologia e a falta de financiamento para a produção. As tecnologias utilizadas tanto na agricultura, quanto na pecuária camponesa são as mesmas de três décadas atrás. Na agricultura o trabalho é realizado com algumas ferramentas e força braçal dos camponeses. Na pecuária não há investimentos em melhoramento genético, apesar de a região ter diversas experiências bem sucedidas em grandes fazendas, e a reprodução é feita a partir da monta natural. A contradição fica evidente quando se compara as tecnologias utilizadas pela mineradora Vale com as ferramentas utilizadas pelos camponeses.

O uso de equipamentos com maior capacidade para extração mineral a ser feito pela Vale no Projeto Ferro Carajás S11D vai elevar a produtividade da empresa em relação às condições atuais. Hoje a produtividade da empresa está em torno de 44.000 tonelada/homem/hora. No S11D esta produtividade vai para mais de 50.000 t/h/h. Isto fará com que o custo de extração da tonelada de ferro caia de 22 para 12 dólares.

Os agricultores, na sua maioria, ainda desenvolvem a agricultura de toco, com o machado, a foice, o terçado, a enxada e plantadeira manual. Não desenvolvem melhoramento de rebanho e nem de pastagens. A produção média de leite por vaca está em torno de 7 litros diários, para entregar aos donos de laticínios por R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) o litro.

As expropriações feitas pela mineradora Vale, associadas à falta de investimentos em reforma agrária, provocaram queda na produção agrícola camponesa, o que gera a importação de produtos alimentícios, especialmente os que fazem parte da dieta alimentar das populações da região de Carajás, como é o caso do feijão, arroz e mandioca. A importação desses alimentos encarece o custo de vida no município que já é elevado se comparado a outros municípios do sudeste paraense.

Em determinados momentos a elevação do preço das terras provocada pela própria Vale, ou por algumas melhorias nas infraestruturas de transporte durante a implantação de projetos de mineração, aliada aos impactos acima citados, também tem se constituído como uma das faces das expropriações em Canaã dos Carajás. Se constitui o fenômeno que tem se chamado de "chacreamento", que é a venda a terceiros de pequenas parcelas da terra para formação de chácaras, para atividades de lazer e especulação.

Apesar da permanente ameaça de transferência para a cidade, a proletarização camponesa, deslocamentos compulsórios, ausência de incentivos, queda na produção, desarticulação das organizações, "chacreamento" e outras interferências nos seus territórios, o campesinato em Canaã resiste, insiste em produzir, se organizar, reivindicar e propor políticas para as famílias camponesas. Os camponeses conseguem articularem suas pautas e cobrarem a quem de direito, seja a mineradora Vale, governo municipal, estadual ou federal.

O futuro do campesinato em Canaã dos Carajás ainda é incerto, assim como o da mineradora Vale. Se o futuro dos camponeses está, em parte, diretamente relacionado à intervenção da empresa, por outro lado, o futuro da empresa está relacionado ao mercado, haja vista que ela se tornou soberana diante do Estado e consequentemente das populações.

As diversas facetas das expropriações no município têm reduzido o território camponês, o que faz algumas lideranças arriscarem o palpite de que o futuro do campesinato no município será desaparecer. Porém gostaríamos de propor duas reflexões que se diferenciam dessa hipótese e que apontam possibilidades para o campesinato no município.

A primeira é que no sudeste paraense, mesmo com a opressão e violência contra os camponeses e a inexistência de políticas de reforma

agrária, o campesinato tem encontrado alternativas de sobrevivência e continua crescendo. Novos acampamentos têm surgido e se mantido durante anos até o processo de consolidação em projetos de assentamento. Esses assentamentos são constituídos por migrantes ou descendentes de migrantes expropriados de outras regiões do país e atraídos para o sudeste paraense em busca de melhores condições de vida e acabam se somando aos pobres das cidades, que encontram como alternativa a terra.

A segunda, que é decorrente da primeira, é que Canaã dos Carajás é um universo pequeno se comparado com o sudeste paraense e com a Amazônia. Porém tem atraído muitos migrantes expropriados em busca de melhores condições de vida e que acabam parando na periferia da cidade. As terras estão sendo concentradas, principalmente pela mineradora Vale. O que garante que essa leva de migrantes expropriados somados aos expropriados do município não se organizem e retomem as terras concentradas? Sinais dessa reviravolta já surgem no horizonte: em Canaã já existem dois acampamentos de movimentos camponeses sem terra. Veremos o fim do campesinato ou a revanche camponesa?

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Rogério Almeida. **Territorialização do campesinato no Sudeste Paraense**. Belém: NAEA, 2012.

ALVES FILHO, Armando. **Pontos de História da Amazônia**. Volume II / Armando Alves Filho, José Alves Junior, José Maia Neto. 2ª Ed. rev. ampl. Belém. Ed. PaKa-Tatu 2000.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e o Estado neoliberal no Brasil**. Http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/ acesso em 15/01/2013.

ARAUJO, Silvia Maria de. **Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho**. 2013.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922013000300006&script=sci_arttext acesso em 15/01/2013.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Arquivo PDF. 1994.

BITENCOURT, Carlos. **Os dilemas do novo Código de Mineração**. Rio de Janeiro: IBASE, 2013.

BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV /São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.eesp.fgv.br/. Acesso em 20/05/2013.

Brasil, Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Mineração 2030** (**PNM - 2030**). Brasília: MME, 2010.

BRASIL. Ministério da Minas e Energia. **Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil 1965-1974**. Brasília: MME, 1967.

BRASIL. Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Mecanismos Regionais. **Operação Amazônia**. Brasília: MECOR, 1966.

Campanha Nacional pela anulação do Leilão da Vale do Rio Doce. A venda da Vale do Rio Doce: essa história vale? São Paulo, 2007.

CEPASP. Impactos da Mineração no Sudeste Paraense. Marabá-PA, 2010. CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo. Xamã, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo - Brasil 2013**. Goiânia: 2014.

CRUZ NETO, Raimundo Gomes. **A mineração no sudeste Paraense**. Marabá: 2010.

CVRD & DIAGONAL. Diagnóstico Integrado em socioeconomia para os empreendimentos da CVRD – Sudeste do Pará: 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. In: Suely Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Ed 28. Petropólis, RJ. Ed. Vozes, 2009.

EXPRESSÃO. Edição Especial - Cidades do Sul do Pará, ano 09, **edição 16**, julho/agosto de 2013.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia: objeto e principais problemas** Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. Octavio Ianni (org.). São Paulo. Expressão Popular. [p 77-122] 2004.

A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. In: Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. Octavio Ianni (org.). São Paulo. Expressão Popular. [p 123-174] 2004.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSLV/Editora UFRJ, 2010.

GERARDI, Lucia H.O. & SALAMONI, Giancarla. **Para entender o campesinato: A contribuição de A. V. Chayanov**. In: CARVALHO, Horacio M.(org) Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GODEIRO, Nazareno. Vale do Rio Doce. Nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

GODOI, E. P. & MENEZES, M. A. & MARIN, R. A.(Orgs) **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias**. Vol II. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Governo do Estado do Pará **Boletim Pará Notícias Carajás**, n.º 01, de abril de 2009.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob as novas expressões. *In*: Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Léna,P e Pinheiro do Nascimento, E (orgs.) Garamond e IRD, Rio de Janeiro, 2012

GUIMARAES TEIXEIRA, J. B.; BEISIEGEL, Vanderlei de Rui. Carajás: Geologia e Ocupação Humana. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2006. GUZMAN, Eduardo S. & MOLINA, Manuel G. Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HALL, Anthony L. Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro. Zahar, 1991. HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 6º ed. Editora Loyola, São Paulo-SP, 2012.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, Vol. 3. Belém, Ed. Universitária UFPA, 2004.

IANNI, Octávio. **As Ciências Sociais na época da globalização.** *In:* SOBRAL, F. A. F. & PORTO, M. S. G. A contemporaneidade brasileira: dilemas e desafios para a imaginação sociológica. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2001.

LEAL, Alúizio. Uma Sinopse Histórica da Amazônia, Belém, 1991.

_____. Amazônia: o aspecto político da questão mineral. Dissertação de Mestrado. UFPA. Belém 1988.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LESBAUPIN, Ivo & MINEIRO, Adhemar. **O Desmonte da Nação em Dados**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

LOUREIRO, Refkalefsky Violeta. A Amazônia no Século XXI: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MALERBA, Juliana.(Org) Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê e para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILANEZ, Bruno. **O novo macro legal da mineração: contexto, riscos e mitos**. In. Malerba, Juliana.(Org) Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê e para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

PAIM, Elizangela Soldatelli. **IIRSA é esta a intervenção que queremos?**. Núcleo Amigos da Terra/Brasil. 2003

PAULANI, Leda Maria & PATO, Christy Ganzert. "Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século". In: PAULA, João Antonio de. Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETIT, Pere. Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e devastação da Amazônia.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio.(2010) **Carajás começa de novo, mas o Pará não percebe**. Justiça nos Trilhos. http://www.justicanostrilhos.org/nota/490 Acesso em 06/10/2011

POULANTZAS, Nicos. **O poder político e as classes sociais**; tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

Prefeitura de Canaã dos Carajás. **Diagnóstico Rural Municipal 2013**. Canaã dos Carajás, 2003

Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar no município de Canaã dos Carajás. Canaã dos Carajás: 2015.

REIS, lara. O avanço da mineração na Amazônia e a resistência dos moradores da vila Racha Placa no município de Canaã dos Carajás: uma análise a luz do processo de acumulação do capital. TCC. Marabá: UFPA, 2014.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SHANIN, T. A. **A definição de camponês – conceituações**. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. A Influencia do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010. Tese de Doutorado. UFPA. Belém-PA. 2012

TEIXEIRA, Sheila do Socorro Lima. **A interferência da mineração industrial na estabilidade de assentamentos rurais: o caso de Parauapebas**. Dissertação de Mestrado. UFPA. Belém, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Página web consultadas:

Atlas do Desenvolvimento Humano -

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil m/canaa-dos-carajas pa

Carta do Comitê Nacional Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração -

http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2013/maio/organizacoes-lancam-sete-desafios-minimos-para-o-novo-codigo-da-mineracao

Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - http://www.dnpm.gov.br/
IBGE Cidades - http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php
Territórios da Cidadania - http://www.br/
Vale S/A - http://www.bvc.com/br/dev/bvc/noticias/empresas-autoprodutoras-de-energia-vao-investir-r-34-bi-em-usinas-eolicas